

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CURSO DE HISTÓRIA**

HELOÍSA PANISSON FAGHERAZZI

**MULHERES: LUTA E ASCENSÃO SOCIAL ENTRE 1990-2010 EM
CAÇADOR**

**CAÇADOR
2014**

HELOÍSA PANISSON FAGHERAZZI

**MULHERES: LUTA E ASCENSÃO SOCIAL ENTRE 1990-2010 EM
CAÇADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do título de Licenciada em História, do Curso de História, ministrado pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, sob orientação do(a) professor(a) Doutor Mário Cesar Brinhosa.

CAÇADOR

2014

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte teórico conferido ao presente trabalho – no que concerne aos direitos autorais da bibliografia referenciada; na autenticidade do texto; não tendo utilizado as formatações de Control C, Control V de arquivos digitalizados e ou transcrições na íntegra sem referenciar autores – isentando a UNIARP, a Coordenação do Curso de História, a banca examinadora e o professor orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Caçador (SC), novembro de 2014

Heloísa Panisson Fagherazzi

RESUMO

Esse trabalho consta de pesquisa bibliográfica na qual foram coletados os dados para substanciar o referencial teórico. Esse trabalho teve a duração de um ano e seis meses. Tem um panorama das relações de gênero desde o Paleolítico (rapidamente) até o século XXI. Sendo brevemente consideradas as esferas política, econômica, artística, religiosa, dando a maior integração possível durante a história humana. Como não solvida atualmente a desigualdade entre homens e mulheres, e por nossa contemporaneidade vir trilhando o resgate do Sagrado Feminino, como parte criativa na transformação do mundo, tal tema foi escolhido pelo autora a fim de entender como historicamente, tal mudanças vem interferir no âmbito local, especificamente Caçador, Santa Catarina.

Palavras-Chave: feminismo, gênero, Brasil, mundo, Santa Catarina, Caçador.

ABSTRACT

This work contains bibliographical research in which was collected the information to sustain the theoretical framework. This work had one and a half year of making. It has a overview of the gender relationship since the Peleolytical Times till XXI century. Being quickly considerate the political, economical, artistical and religious spheres, giving a integration as great as possible during human history. Because the inequality between men and women isn't solved yet, and our contemporariety is walking to the rescue of the Sacred Female, as a creative part on the transformation of the world, this subject was chosen by the author with the intention of understanding how, historically, such changes come to interfere in the local ambithus, specifically Caçador, Santa Catarina.

Key words: feminism, genoler, world, Brazil, Santa Catarina, Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 HISTÓRIA DAS MULHERES, DO MUNDO PARA O BRASIL	07
2. HISTÓRIA DAS MULHERES NO CENÁRIO NACIONAL	32
3 AS MULHERES NO TERRITÓRIO CATARINENSE	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco o movimento feminista globalmente, no Brasil, em Santa Catarina, e suas repercussões com os movimentos de mulheres em Caçador. A proposta foi fazer uma análise histórica do movimento feminista na atualidade para compreender a atuação dos grupos de mulheres em Caçador. Com a ebulição de temas como a legalização do aborto, a violência (física e psicológica) contra a mulher e o fato de cada vez mais famílias serem chefiadas por mulheres, tendo essas grande apoio do governo federal através de políticas sociais, torna-se intrigante.

O objetivo geral foi estudar o Feminismo nos anos 90 até 2010 e observar em que medida ele tornou-se um instrumento de libertação (econômica, política social...) da mulher brasileira, catarinense e, mais precisamente caçadoreense. E suas especificidades foram: elaboração de uma compilação de dados referente as mais diversas funções exercidas pelas mulheres caçadoreenses: na educação, política, esportes e cultura, saúde, indústrias, meio rural. Análise dos dados e definição do nível da ascensão social e, por fim; diagnostico de qual classe social pertence as mulheres que, socialmente, produziram a ascensão.

O problema que norteou a pesquisa será: Como se dá, e, com que interesses a influência do movimento feminista na sociedade caçadoreense. Até que ponto emancipa as mulheres ou serve como um discurso machista ou ação mercadológica. O que há por trás do discurso de igualdade, respeito e dignidade entre os gêneros, sabendo que não é mera questão sexual, mas sim de ética social, política, economia, cultural, filosófica...

E, por fim, foi analisada validade história da seguinte questão: em que medida o movimento feminista produz emancipação das mulheres, mais especificamente em Caçador. Diversas mulheres são merecidamente aplaudidas e lembradas por seus atos de coragem, audácia, criatividade, mas são analisados por eles mesmos, e seu prestígio para a cidade além de inegavelmente relevante, é um modo de dizer que, as mulheres aqui também seguem 'direito' o caminho da independência e abertura de horizontes para todas as mulheres e para a sociedade caçadoreense em geral, seja de que classe social, raça, crença, ideologia.

1 HISTÓRIA DAS MULHERES, DO MUNDO PARA O BRASIL

Das tendências iluministas à Revolução Francesa: como tais épocas históricas modificaram o sentido de ser homem e ser mulher? Os movimentos sociais da Modernidade clamavam por um “velho mundo” renovado, onde a misticismo ligado ao funcionamento da mente humana foi sendo substituído por estudos científicos, mas ainda não totalmente separados dos antigos paradigmas ortodoxos¹. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade entre todos, além do resgate da valorização do corpo humano independente do gênero, alcançaram desde a nobreza até os jornaleiros e jornaleiras².

Figura 1 - Obra "Alegoria da República"- Manuel Lopes Rodrigues



Fonte: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/16/12>

¹ Paradigma é um termo com origem no grego “*paradeigma*” que significa **modelo, padrão**. No sentido lato corresponde a algo que vai servir de modelo ou exemplo a ser seguido em determinada situação.

Ortodoxo: é aquilo que segue à risca o que diz uma palavra ou regra.

Orto - correto ou direito

Doxo - Ensino

² Jornaleiro: eram os desempregados, geralmente camponeses que foram para as periferias urbanas durante a época do êxodo rural europeu.

República no Brasil. Período este onde a figura feminina, simbolizando a República³, vem para substituir a figura do rei, o qual representa a Monarquia, agora derrubada⁴. O que é um paradoxo: ao contrário da figura feminina da Revolução Francesa, no Brasil a representação da mulher aparece de forma contrastante com a realidade, na qual a mulher estava submetida à vida privada.⁵

Figura 2 – Obra “A Redenção de Can”, de Modesto



Fonte: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/16/12>

A política de branqueamento pós-período colonial é outro fato curioso: a diferença de como era valorizado o imigrante europeu no início do período republicano, em contraste com a ex - escrava negra, como retratado no quadro A Redenção de Can (vide imagem nº 2 em anexos). Essa afro-brasileira, e principalmente a mestiça, que representava a maioria do público, de nosso povo,

³ República: do latim res pública = coisa pública

⁴ CARVALHO, 1990, P.75. disponível em

<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/arte/article/viewfile/1612>

⁵ TYBURSKI, 1993, p 61.

não eram representadas pela ilusória iconografia da República, ao modelo francês, derrotando o monarca, para que o novo regime fosse instaurado no Brasil. Vê-se que a mulher brasileira, geradora da miscigenação, era vista com olhos preconceituosos perante o início do republicanismo brasileiro.

Os e as imigrantes alemães, poloneses, austríacos, italianos posteriormente... que para cá vieram, por necessidade (geralmente) ou pelo gosto da aventura, recebiam severas restrições para aqui viverem de forma civilizada. Especialmente as mulheres, que não tinham permissão para terem relações com os brasileiros, afim de não ‘contaminar’ o processo de branqueamento que estava em andamento. Enquanto se adaptavam as terras tupiniquins, não havia condições de refletirem sobre sua emancipação enquanto recém cidadãs brasileiras. “Ajuda” os maridos nas lavouras e o serviço doméstico já ocupava significativa parte de seu tempo.

No campo cultural, elas eram as responsáveis por reproduzir os costumes de sua terra natal para as futuras gerações aqui nascidas. Se temos em Santa Catarina, por exemplo, excelentes exemplos de preservação das culturas germânica e italiana, é pelas mulheres, que como mães/educadoras, instruíram seus filhos na língua materna, na gastronomia, música, forma de trabalho, e religiosidade típicos da Europa. Sempre com adaptações ao clima e a realidade social brasileiros, obviamente. Como por exemplo, parteiras e benzedadeiras que agora deveriam utilizar plantas, ervas, sementes e raízes da região, já que nem toda a medicina natural europeia poderia sobreviver em um habitat diferente.⁶

A música, a dança o canto e a poesia, tanto eruditos como populares, também enriqueciam a expressão artística e cultural das catarinenses. Corais, bailes, diários de jovens, tudo faz parte de um conjunto de materiais e ações que mostram aquilo que as mulheres não podiam expressar de outra forma mais direta, e de socializar as jovens imigrantes e dá-las alguns momentos para elas agirem com menor pressão, sem alguém comandando seus sentimentos e ações.

Para compreender como funciona a atuação do movimento feminista, bem como a questão da desigualdade entre gêneros, é preciso voltar dois séculos, quando importantes transformações econômicas, políticas e sociais ocorreram em todos os âmbitos da sociedade europeia, inicialmente, para então espalhar-me por todo o mundo e, é claro que as relações entre homem/mulher também foram afetados pela nova realidade vigente. O século XIX traz a consolidação da classe burguesa, que enriquecera e estava conquistando cada vez mais espaço econômico

⁶ MORGA, Antonio Emílio. História das Mulheres em SC. Editora: Argos e Letras Contemporâneas, 2001.p.188

e elevado status social. Esta classe era rigidamente controlada, para que suas riquezas não fossem “ilegalmente” distribuídas entre os menos afortunados, e sua reputação e credibilidade não pudessem ser alvo de maiores ameaças.

E, juntamente com a classe que privilegiava a família nuclear, o sustento da casa visto como serviço masculino, e os cuidados com o conforto da família e do lar apenas serviço das mulheres ‘bem casadas’, tem também, é claro, aqueles (as) que precisam trabalhar nas indústrias para manter seu mísero sustento, e a opulência da parte ‘nobre’ das cidades. Essas mulheres pobres, que viviam precariamente junto de seus maridos e filhos, geralmente vários, não tinham outra opção a não ser submeter-se ao mesmo trabalho externo do conjuge, por vezes até tendo os filhos menores de idade que ir junto garantir o pouco que ganhavam para sobreviver.

Como é possível constatar, aquelas que não tinham chance de casarem bem e dedicar-se apenas à família eram eliminadas do seletivo grupo de mulheres consideradas virtuosas, exemplo de mãe e esposa que, aparentemente, seguiam a ordem ‘natural’ da vida que uma mulher digna deveria ter. Esse ciclo não se encaixava na realidade vivenciada por aquelas que, muitas vezes, eram as provedoras de suas carentes famílias. Que trabalhadora teria condições de pensar em etiqueta, postura, comportamentos ‘certos’ e ‘errados’ para uma verdadeira dama, enquanto não conseguiam satisfazer suas necessidades básicas de educação, saúde e segurança?

A operária Luiza Ferreira de Medeiros fornece um importante depoimento sobre as condições de trabalho na fábrica têxtil Bangu, (RJ), durante a 1ª guerra Mundial, condições que conhecia desde os sete anos de idade:

Iniciava o trabalho às 6 e terminava por volta da 17 horas sem horário para almoço definido. Era critério dos mestres o direito de comer, e tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. As refeições eram feitas entre as máquinas. Apenas uma pia imunda nos servia de bebedouro. Nunca recebíamos horas extras, mesmo trabalhando além do horário estabelecido.⁷

E os mestres, quando desejavam, forçavam as moças a manterem relações sexuais, punindo severamente aquelas que não cedessem. Aquelas que participassem de sindicatos eram consideradas repugnantes.

⁷ RAGO, Margareth. História das Mulheres no Brasil.2000p.584

O movimento feminista começa exatamente junto das operárias, que exigiam melhores condições de trabalho, moradia, alimentação e escolas para colocar seus filhos enquanto estivessem fora de casa; juntamente com as mulheres burguesas, que desejavam igualdade de direitos para homens e mulheres, já que suas vidas eram restritas à instituição familiar, e a locais públicos, somente acompanhadas. Ou quando estas trabalhavam, era em empregos secundários, apenas para auxiliar o trabalho dos homens ou ocuparem seu tempo. Já é possível de ver desde seu início, que o movimento feminista é plural, com interesses específicos para cada mulher que dele tornava-se adepta. Tudo é uma questão de contextualizar: enquanto algumas mulheres almejam poder ter a profissão que quiserem, outras querem apenas que seus filhos tenham o que comer, não importando se com oportunidades iguais de trabalho e salário entre os gêneros.

Em se tratando de contextualizar globalmente, veremos a situação de mulheres lusitanas e nativas americanas: As vozes de desprezo e indignação pela vida contemplativa soaram mais alto no século XIII e não podiam deixar de ser ouvidas, mesmo pelos reis cristianíssimos e piedosos de Portugal, muito menos pelos ministros estrangeirados que os circundavam, desejosos de recuperarem o atraso econômico e cultural ibérico em relação aos demais países da Europa.

Em relatos encontrados no livro História das mulheres no Brasil, viajantes e cronistas descreviam as ameríndias⁸, particularmente as anciãs, como mulheres feias, desdentadas, sujas e vingativas. Eram retratadas curiosamente como personagens principais nos atos de canibalismo. Sobre tal assunto, os colonos europeus comentavam: Em verdade, tal costume é horrível, brutal e desonesto, porém o perigo é mais aparente do que real, e bem menos perigoso é ver a nudez das ameríndias que os atrativos líbicos das mundanas francesas.

A restrição às formações de conventos⁹ femininos foi contornada, em parte, pela criação de recolhimentos: casas de reclusão para mulheres que poderiam mais tarde transformar-se em conventos. Diferenças de classe e de raça atravessavam e conformavam os processos de constituição e as formas de realização dessas instituições religiosas. Muitas das mulheres aí encerradas transgrediam com criatividade as regras de uma vida austera e devocional: organizavam bailes, faziam

⁸ Ameríndias: do termo ameríndio: palavra utilizada por historiadores para denominar os povos nativos do continente Americano, já que a expressão 'índio' além de ser geograficamente incorreta, ter teor preconceituoso. Ameríndias são as mulheres nativo-americanas.

⁹ Conventos: locais de reclusão onde religiosos se refugiam para vivenciarem uma experiência espiritual solitária e restrita.

música e divertiam-se com primor e elegância. Ou seja, não era qualquer classe de mulheres que entrava em tais recolhimentos.

Aí pode-se perceber além da situação de ser mulher, o fato de ser europeia ou indígena mudava completamente o conceito de como deveria ser vivida a feminilidade para as brancas e para as ameríndias. Imagine, por exemplo, uma inca peruana, que governava seu império pelos poderes de Inti (Deus Sol) e Pachamama (Pacha=Universo, Mama=mãe), ao ver uma espanhola, que não era considerada digna para governar nenhuma cidade se quer, muito menos em honra a uma Deusa e um Deus pagãos torna tudo ainda mais diversificado e requer um olhar ainda mais clínico se quisermos analisar a situação da mulher americana, brasileira, e catarinense de forma mais precisa, clara e objetiva.

No campo religioso, as freiras que desejavam ter seu poder de atuação ampliado, foram conviver com as massas populares, que tanto necessitavam da atenção e caridade de terceiros. Tendo nas freiras uma referência materna, que suprisse as necessidades espirituais, e quando possível, materiais, as chamadas 'irmãs', tornaram-se figuras de sumo valor fora da formalidade eclesiástica. Trabalhando em instituições como hospitais e escolas, estavam profundamente antenadas com o que se passava nas comunidades pobres onde passavam enquanto curavam (ou incitavam nisso as pessoas acreditar)' corpos e almas'.

E existiam freiras que engajaram-se nas propostas da Teologia da Libertação. Sofreram duplamente: por serem marxistas, e mulheres, ser 'pouco confiável', na retrógrada crença cristã. Mesmo assim, A TL sobrevive em locais da América Latina, em que tem o apoio das comunidades nativas, principalmente. Essas já experimentaram a catequização jesuítica, e com as mulheres, tanto populares, como populistas, o caminho estava aberto há tempos. E, tem algo mais apelativo do que chamar as crianças carentes da presença materna e | ou paterna para o acolhimento das 'irmãs'. Recebiam doutrinação, sim, mas senso de solidariedade e justiça social, o que tem inegável reflexo positivo na mentalidade desses jovens.

Em se tratando do território 'tupiniquim', como sabe-se, não é um local especialmente pacífico, e, porque seria diferente com as mulheres; Durante a Guerra do Paraguai, temos a primeira participação feminina que se pode constar: Maria Quitéria. Outra mulher genuinamente brasileira que pegou em armas foi a cangaceira Maria Bonita. No Sul do Brasil, durante a Guerra do Contestado, uma moça líder que lutou contra o exército, Chica Pelega. Outras que também

participaram de guerras : Joana d'Arc e Anita Garibaldi. A passividade e a fragilidade física feminina são mais do que contestáveis.

A questão da misteriosa biologia feminina visto pelo olhar patriarcal, pouco científico e mais mitológico: As conquistas e sofisticações da psiquiatria na passagem do século XIX para o século XX, longe de questionarem a associação entre mulher e histeria, aprofundaram-na, conferindo-lhe status de verdade científica. Ainda por muito tempo, as palavras impetuosas do psiquiatra Ulysses Trelat continuariam a ecoar dentro e fora do mundo acadêmico e científico. “Toda mulher é feita para sentir, e sentir é quase histeria¹⁰”. Erguidas sob um solo semeado por crenças e valores comuns, e profundamente marcado por posturas anticlericais, as fronteiras entre ciência e ficção parecem quase totalmente anuladas: o retrato feminino feito pelo psiquiatra paralelamente ao desenhado pelas mãos do romancista era similar em essência.

As conquistas obtidas pelas mulheres através da destruição do antigo Estado herdado do Segundo Império, e da construção em seu lugar de um esboço de Estado socialista, ao qual Marx se referiu como o “governo operário” e Engels qualificou como a própria expressão da “ditadura do proletariado”; tais conquistas, como o reconhecimento da união matrimonial de fato, a equiparação de salários, etc., expressam perfeitamente bem a participação das mulheres nos debates e nas organizações que construíram a República Social. Esta experiência foi, portanto, a primeira tentativa histórica de subscrever e garantir os direitos das mulheres em relação aos dos homens, muitas décadas antes que tais direitos fossem subscritos pelos Estados burgueses ditos “de direito” e “democrático-liberais”¹¹.

Uma de suas principais lideranças foi Louise Michel, professora e anarquista, que militou junto aos homens, lutando contra o exército francês e alemão (Guerra Franco-Prussiana que também estava presente no momento do levante da Comuna de Paris). As mulheres tiveram participação não secundária, mas pelo contrário, de protagonismo, organizando o movimento proletário em todas as suas dimensões políticas, burocráticas, no campo de batalha, na produção de tecidos e armamento...

¹⁰ . O termo tem origem no termo médico grego *hysterikos*, que se referia a uma suposta condição médica peculiar a mulheres, causada por perturbações no útero, *hysteraem* grego. O termo *histeria* foi utilizado por Hipócrates, que pensava que a causa da histeria fosse um movimento irregular de sangue do útero para o cérebro.

¹¹ http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_jaqueline_GVII.pdf

aquelas que fossem preparadas para pegar em armas, poderiam lutar junto aos demais combatentes, algo nunca presenciado na história ocidental europeia.¹²

Voltando para o Feminismo em si, é importante ter clareza da dificuldade de adesão das mulheres ao movimento feminista, pois quando a defesa do direito da mulher passa por questões polêmicas como sexualidade e a descriminalização do aborto, ou até mesmo a carga de discriminação que as feministas ainda sofrem no século XX e XXI por questionarem os espaços de poder, é que se percebe que a exclusão das mulheres ainda é presente, mesmo diante de tantos avanços tecnológicos e sociais, ou seja, mesmo diante de algumas teorias que consideram o feminismo ultrapassado, a realidade contesta tal fato.

Tabela 1 - Chefes de família na população residente, segundo sexo e regiões * 2002 e 2007

Regiões	2002				
	masculino		feminino		Total
	NA	%	NA	%	NA
Norte	1.722.498	71,3	691.955	28,7	2.414.453
Nordest e Sudeste Sul	9.165.348	74,8	3.088.886	25,2	12.254.234
	16.096.084	73,9	5.686.869	26,1	21.782.953
	5.903.517	76,2	1.839.826	23,8	7.743.343

Fonte: FIBGE/PNAD-microdados

No período pós-segunda guerra mundial, a Europa como estava destruída, e seus homens tiveram graves baixas devido à sua participação nas batalhas, as mulheres, juntamente com as crianças, jovens e idosos, eram quem mais estava disponível para reerguer o países europeus. Sem operários homens o suficiente nas fábricas, minas, construções, campos, a força de trabalho feminino tornou-se a responsável por 'tocar o barco' e ter o caminho liberto para sua emancipação sócio econômica, e posteriormente política. O que abre cada vez mais espaço para as mulheres receberem maior reconhecimento profissional e justiça para as trabalhadoras e suas famílias. Nas palavras de PAOLA CAPPELLIN:

Os enfoques que escolhem como unidade analítica as dimensões da cotidianidade, da formação simbólica, da relação complexa entre os cenários público e privado, percebem com maior agudeza a natureza e a

¹² http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_jaqueline_GVII.pdf

originalidade de algumas mediações que contribuem para a renovação interna dos movimentos: a religiosidade como recurso mobilizador, o papel de liderança das mulheres, os anseios de autonomia face à intervenção estatal, as dimensões culturais na crítica de valores patriarcais, enfim, a distinção entre a mensagem emancipatória e a luta pela sobrevivência.¹³

Tratando-se do Brasil, falaremos dos anos 60 e a Revolução Sexual: Esta foi uma década turbulenta, que transformou a sociedade brasileira em todos os aspectos: a industrialização acelerava progressivamente, o mundo estava em plena Guerra Fria, os jovens rebelavam-se para que seus brados por justiça, paz e liberdade (sexual, de expressão, cultural...) fossem ouvidos pelas gerações mais velhas ou 'cabeças duras'. As mulheres conquistam relevantes direitos e maior autonomia devido a vários fatores, tais como: a utilização da pílula anticoncepcional, luta contra tabus ligados ao corpo feminino e a sexualidade em geral, escolha, plena liberdade, engajamento político em favor das minorias.

Com isso há uma quebra no paradigma histórico de se ter como principal personagem o homem, branco, abastado e cristão. A história oral permite a todos e todas ser um sujeito histórico, bastando ser ter a vontade de pensar e agir por si próprio, sem a necessidade de ordens 'superiores' que controlem (por bem ou por mal), a vida das massas. Nesses termos, a mulher não precisaria ser frágil, 'carnal', agradar nenhum marido, nem ter filhos ou ser 'prendada', para seguir seu ciclo 'natural' de vida. A mulher deveria cuidar de si, saber tomar decisões sem consultar nenhum homem, se assim preferisse, e ser livre para amar quem quiser e fazer o que desejar, sem culpas ou pecados.

Ser dona de si, poder expressar suas emoções e ideias sem preconceitos e julgamentos, construir uma sociedade mais justa, aberta a novidades, pacífica, saudável e culta. Viver em um mundo sem guerras, e sofrimentos em vão. Era o objetivo das feministas dos anos 60 a 80. Enquanto, por um lado a cultura imperialista procurava controlar o máximo possível as vidas de seres humanos pelos 6 continentes, movimentos internos iam de contra as manipulações que determinados grupos impunham aos demais, e cada vez mais pesquisadores iam ao encontro de registrar a versão daqueles que nunca tiveram a oportunidade de terem suas histórias reveladas ao público.

No movimento Diretas Já, lá estavam também as feministas, em prol da redemocratização. Por um Brasil que seja potência em todos os setores, não

¹³ PAOLA CAPPELLIN. Vendo o simbolismo no Feminismo. Ano 1994, Periódico da UFSC.p.7

seguindo modelos estrangeiros, mas (re)criando o Brasil, com a ativa participação de cada um dos brasileiros e brasileiras, tornando quem não tinha o merecido espaço na história, em sujeito histórico e escritor da História, tanto quanto antigos e obsoletos personagens. E a força da parcela feminina da população conquista os estágios finais da tão almejada igualdade com a constituição de 1988, teoricamente ao menos. Na atual Legislação, o artigo 5º consta que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)¹⁴

Se não fosse o instinto de competição sem seguir as regras do jogo, que, infelizmente é mais forte do que está formalmente registrado como lei, a nova Constituição seria posta em prática o mais breve, e com a maior eficiência possível. No auge do período da globalização, a visão da mulher independente e segura de si, tem um efeito de desafio, para ambos os gêneros. Dividir todas responsabilidades, desde serviços domésticos até decidir no que investir o dinheiro do casal, já que não se torna mais sustentável um ser o alicerce financeiro do lar, e o outro a renda extra no final do mês. Tais questões e tantas outras mostram o efeito inverso do que a liberdade pode causar, se não sabiamente utilizada.

No que diz respeito à questão do aborto, esta prática ainda é considerada um mero sinal de fraqueza da mulher, e que não é somente ela que tem direito de decidir se quer ou não manter a gravidez, afinal, um homem também participou do ato de fecundação, certo? Até aí tudo bem, esta é a regra, utilizada em situações normais, que não envolvem mais do que a simples decisão do casal pelo aborto ou não. Casos de estupro, por exemplo, o sujeito não pediu se a menina, ou moça queria ter relações com ele, vai ter o direito de pedir para ela não abortar? Não parece justo. Se a garota ‘pede’ pelo estupro, estando na hora, no ambiente, e com a ‘roupa errados’, aí é outra discussão. É historicamente, um fato que ocorreu desde que o ser humano tornou-se mentalmente habilitado para escolher seu modo de vida. Mantê-lo na ilegalidade só faz piorar o quadro vigente hoje em dia.

Se fosse para reduzir o número de abortos, sua condição de crime não levaria a tantas mulheres recorrerem a métodos clandestinos e arriscados de se livrarem do

¹⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em setembro de 2014

'incômodo' que levam dentro de si. Não é por nada que na vida real, as mulheres brasileiras que engravidam contra a vontade, planos ou desejos, prosseguem interrompendo gestações de forma clandestina e insegura, morrendo ou adquirindo sequelas que na maioria das vezes impedem os futuros planos reprodutivos

No que diz respeito a educação, é visível a maior participação da mulher, principalmente Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Para os professores seguintes, a personalidade da criança já foi 'moldada' pela família e pelas primeiras educadoras. Portanto, estas mulheres tem uma alta carga de responsabilidade, pois elas repassam para os mais jovens o modelo de cidadão que eles serão no futuro. Dizer que o machismo é comportamento de homem é um pré-julgamento infundado, já que as mulheres possuem boa parte na responsabilidade da formação das crianças pequenas. Elas também modelam qual o papel social compatível com os meninos e as meninas. E há mulheres, e não poucas, que nem se dão conta do real valor que elas têm na reprodução de estereótipos que foram adquiridos tão mecanicamente que ficaram incrustados em nossa cultura latino-americana por gerações e gerações.

Os problemas sociais de determinada região são fatores definidores do modo mulheres e homens irão juntar suas forças para superá-los. Se, em Santa Catarina, questões de saúde e meio ambiente possuem defasagens, é exatamente neles que as feministas irão se engajar. Se as agricultoras familiares têm dificuldades em produzir com qualidade, é a questão do trabalhador rural que será analisada e posta em pauta. E na questão de diminuir a mortalidade infantil, este será o foco das mães e dos pais, que nunca escolheriam ter a oportunidade de verem seus filhos crescer, negada.

O que nosso estado tem a ver com as fundações internacionais? O atual relacionamento do Feminismo com ONGS e partidos políticos vem das entranhas do processo de globalização (telecomunicações), que conquistou Santa Catarina com rapidez. Mais do que diversos estados membro, identificados, mas não tão fortemente, com a 'moda do que vem de fora'. Um momento estratégico, já que, assuntos que estavam em alta até essa época, como meio-ambiente, cultura, política, saúde pública, desenvolvimento sustentável... conquistaram as feministas,

que em vez de se unirem para queimas sutis, encontraram seus grupos de interesse e discutiram sobre os desafios da vida contemporânea pós século XX.

E sabe-se, quanto mais divididos são os grupos, a tendência é serem mais desunidos também. Se a maioria das mulheres tem um elo em comum, como por exemplo, a desmistificação de sua fragilidade mental, elas concordam neste ponto em comum, e organizam-se harmonicamente. Agora, que toda mulher catarinense pode, e deve ser independente, o discurso é modificado. Elas desejam que seus filhos vivam em um ambiente saudável e apropriado para um pleno desenvolvimento infantil (paradoxo: como, se criança produz lixo, e não pouco?). E, com a expectativa de vida mais elevada, elas se ocupam com seu futuro como aposentadas.

Questões humanitárias mais abrangentes há pouco tempo estão voltando a ser prioritárias, já que a teoria do aquecimento global caiu por terra, e ser idoso não é mais um 'artigo de luxo'. Individual, sim, majoritariamente até demais, agora é cada indivíduo que alcançou seus objetivos equilibrarem, o que conseguiram 'possuir', com o que demandaram da sociedade. Da pequenez das propriedades (urbanas e rurais) catarinenses, passar para um paradigma ampliado, é no que as feministas realmente conectadas historicamente ao século XXI atuam. Dos homens, não é auspicioso passar ao comando do capital. Mas, esta é a tendência da mente humana, dizem estudiosos da Antropologia, após tempos de intensa mobilização, procura-se um 'refúgio', mas que criam novas tempestades.

Como nas manifestações que ocorreram no inverno de 2013, não são apenas vinte reais, não é apenas esta chefe de família ou aquela recebendo mais, é uma família, um bairro, uma cidade, um estado, uma nação a ser transformada. Temos uma mulher na presidência, ótimo. Podemos ser um grande exemplo para locais onde, ainda (por questões mais econômicas do que culturais, diga-se de passagem), meninas são vendidas para casar, como única opção para milhares de pessoas não passarem fome. Sem falar na profissão mais antiga do mundo, que já rendeu um sem número de renda tanto para as trabalhadoras, e quem mais depende do sustento delas, como para seus patrões e aqueles que lucram direta ou indiretamente com o 'mercado do prazer'.

A mulher escritora: o acesso à educação feminina foi um ponto que rapidamente se fortaleceu durante os últimos séculos. E um dado curioso é que boa parte das mulheres letradas, têm um tempo maior de dedicação aos estudos do que os homens letrados. Porque isso ocorre? Bom, pelo fato de as mulheres burguesas terem maior, digamos, 'ociosidade' do que seus maridos, elas tinham oportunidades

de ter aulas de francês, piano, literatura, além, óbvio, da Língua Portuguesa e Matemática, História, Geografia e Ciências, para manterem-se intelectualmente atualizadas com o que ocorria no estado, nação, e mundo.

Outro ponto é a questão dos salários: como as mulheres eram consideradas mão-de-obra barata para seus patrões, e também patroas, recebendo menos pelo mesmo serviço executados pelos homens, as trabalhadoras optaram por qualificar-se mais, de modo a aumentar sua renda. Mas, tem aqueles que não aceitaram muito a ideia de perder seu exército de mão-de-obra desqualificada e criaram mecanismos para tentar repelir a força que insurgia das massas assalariadas. Maior policiamento e rigor nas normas dos locais de trabalho, técnicas que não visassem a qualificação como sendo um desafio benéfico, mas sim um potencial concorrente para quem já está em um patamar sócio - econômico confortável.

E sair do solipsismo¹⁵ incrustado em nossa sociedade ocidental requer ações estratégicas, que estando camufladas no sistema e na velocidade das telecomunicações atuais, facilitam a atuação de ambos os gêneros no esfacelamento da visão comercial que o corpo feminino, como também masculino, (mas com menor ênfase), possui. Como exemplo, os padrões de beleza impostos tão exaltados pela sociedade do espetáculo, são inclusive motivo de violência para muitas meninas, principalmente, que ao não se reconhecerem nas imagens das modelos que aparecem na mídia, e verem figuras 'fora do padrão' como personagens cômicos, tornam-se obcecadas pela aceitação séria dos olhares alheios, o que pode até levar a transtornos alimentares e a morte por mutilarem e maltratarem seus corpos.

Quantas notícias de garotas que adoecem, gastam todo seu dinheiro, para transformarem-se em alguém que seja bem visto publicamente? Um número relevante, não? O que demonstra a pouca autoestima e o desejo, como excelentes observadoras que são, de ao já haver adquirido liberdade e estabilidade financeira, verem o que falta (ou sobra) em seus corpos para modificarem como puderem e não puderem. E a diferença entre burguesas e proletárias também aí está: houve-se muito a expressão: não existe mulher feia, existe mulher pobre (o que conta para os homens também, naturalmente, por serem cada vez mais consumidores vorazes do mercado da beleza física). Se suou a camisa (a própria ou de terceiros) para ter o

¹⁵ Solipsismo: Teoria filosófica segundo a qual nada existe fora do pensamento individual, sendo a percepção (das coisas e/ou das pessoas) uma impressão sem existência real. P.ext. Modo de vida ou hábitos de quem vive na solidão. (Etm. do latim: sol(i) + do latim: ipse.a.um + ismo)

dinheiro disponível para fazer cirurgias plásticas, e demais intervenções, bom para ela.¹⁶

Agora, que não tem, e geralmente paga pelos tratamentos caros de mulheres que por vezes nem conhece (ou conhece, mas a vê como modelo a ser seguido) e o pior, não quer admitir essa alienação, fica em uma situação inversa. A desvalorização do corpo feminino vem dela própria, e não de terceiros, já que foram educados por elas para assim agirem. E em Santa Catarina, isto vem causando polêmicas e programas de incentivo a valorização do ser humano, em seus dois polos: masculino e feminino vem surgindo muito nos últimos anos. Palestras nas escolas para estudantes, principalmente adolescentes, que são os mais preocupados em terem algum grupo com que tenham afinidade e respeito entre os membros dos mesmos.

Se descuidar da saúde é diferente de não fazer com que modifiquem seu corpo apenas para agradar e 'competir' com os(as) outros(as). Vestir a roupa que sentir vontade é um direito, não é direito expor-se em locais onde a gente que também apenas 'acha' que pode se aproveitar da situação só porque uma mulher atraente passou por perto, pois é instinto de macho: oras, existe sim o desejo, mas, e as comunidades que vivem e/ou viviam com pouca roupa também pelo menos parte do ano, e não tinham esse problema do estupro tão acentuado como é em praticamente toda nossa contemporaneidade? Em nosso estado, por exemplo, no litoral é comum as moças andarem de biquíni nas praias, e no interior, por que andam um pouco, pelo menos, mais vestidas? No Oeste, elas provocam o sexo masculino com pouca roupa, e no litoral, onde elas já costumam transitar na beira do mar, o que ocorre?

A cultura e o local onde se habita são fatores determinantes no que tange ao comportamento humano. Exemplo: Santa Catarina possui problemáticas próprias no que tange à agricultura familiar e o meio ambiente. Ativistas camponesas aqui reivindicam o direito de cultivar quantias de terra que, por exemplo, as amazonenses têm. São realidades divergentes: para umas, pouco espaço e pouca estrutura para se plantar o máximo com o mínimo, para outras, muito espaço, só que nem sempre fértil e acessível a pequena agricultura reavivar para após poder dar continuação ao plantio e a colheita.

¹⁶ BUTLER, Judith. Problemas de gênero Feminismo e Subversão da identidade. Rio de Janeiro, 2003. Editora: Civilização Brasileira.p.920

Episódio semelhante às mexicanas do Movimento Zapatista de Libertação Nacional: grande número de descendentes de astecas que lutam por terem recursos garantidos para sustentar seus filhos. Estão desde os anos 90 batendo de frente com a realidade do México, e demais nações, principalmente os EUA, vizinhos que nunca desejavam ter.

De acordo com o senso de 1920, o labor feminino no setor industrial era remunerado em média entre metade e dois terços do salário masculino. Levando-se em conta a concentração de operárias em atividades fabris que pagavam menos, aumenta-se ainda mais essa disparidade. Para se ter uma base, os homens que trabalhavam na metalurgia e como mecânicos, recebiam de 7\$000 e 9\$000 (os últimos). Mas, as trabalhadoras que tinham filhos para cuidar e amamentar, sendo a única opção levar o serviço da fábrica para casa, ou aquelas que ocupavam-se em pequenas oficinas de confecção e de reparos, tinha remuneração ainda menor que as operarias que estavam no ‘chão das fabricas’¹⁷.

O decreto-lei instituído em 1932, o 21 417-A, que condenava os empregadores que fizessem distinção salarial entre os sexos, não fora feliz em concluir seu objetivo, já que em 1934, a Constituição retirava a parte do valor, e colocava a equivalência dos empregos. Seja qual a lei, o ‘status quo’ era mantido sempre que possível, pois, dificilmente eram realizadas as mesmas funções e de mesma importância econômica. A máxima de maternidade de filhos legítimos ou ter terceiros (alunos, pacientes)... e de pureza feminina ainda predominavam¹⁸.

Para aquelas que tinham o ‘privilegio’ de não serem discriminadas pelo fato de terem que aventurar-se no mundo externo imoral e perverso para sobreviver, criava-se alternativas para auxiliar a economia burguesa, e servir de exemplo de feminilidade ao serem adeptas do voluntariado caridoso. Se até o século XIX os escravos poupavam as nobres senhoras de se exporem, com o advento do ideal republicano desenvolvimentista todos os cidadãos e cidadãs eram convocados a servir a pátria.

Com o advento do “milagre” econômico dos anos 50, acreditava-se que os empecilhos que a cultura impunha eram prejudiciais para o progresso nacional, não permitindo às mulheres se dedicarem mais a sua profissionalização do que a família (e, o que é grave, a elas mesmas). O que era o correto seria o casal ter sua profissão (mesmo ainda ele sendo considerado chefe), para que ambos pudessem

¹⁷ BESSE, Susan. Modernizando a Desigualdade. pg. 166

¹⁸ Ibid., pg. 166

compartilhar dos benefícios da acelerada modernização. Os produtores e produtoras rurais passariam a ter maior conforto e segurança financeira, ao adaptarem-se com a industrialização, e giraria um salto qualitativo no desenvolvimento do Brasil como nunca antes visto. Tudo muito 'indubitável', pelo raciocínio positivista... porém, toda moeda tem dois lados. Enquanto nós passávamos por um momentâneo momento de prosperidade, construía-se a futura crise que assolaria todo o país. Havia uma ânsia de transformação que pretendia atropelar a realidade sócio cultural a que todos estavam de uma forma ou de outra, presos. As mulheres pobres tinham que adquirir com o dinheiro que não possuíam, e com a educação que seus filhos não recebiam satisfatoriamente, o direito à estarem inclusas na roda dos beneficiados pela onda de prosperidade.

Figura 3 - Mulheres em fila para votar no Bangladesh



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Votingwomen.jpg>

Se carros importados estavam entrando cada vez mais no mercado nacional, a dívida externa crescia, bem como a inflação e os efeitos da guerra ideológica; e a população pagava de seu próprio bolso a riqueza que, não se sabia quando, seria redistribuída. Trabalho e escolas para todos, sim, mas não havia ocupação com as peculiaridades dos cidadãos e cidadãs brasileiro(as), como ribeirinhos, descendentes de nações, indígenas ou africanas, imigrantes que falassem publicamente outra língua além do português o Brasil internamente tinha a necessidade de ter suas próprias potencialidades desenvolvidas, não para terceiros, mas para cada homem, mulher, criança, jovem e idoso em nosso território vivendo.

Atualmente, o fato de muitas jovens militantes sindicais, urbanas ou rurais, não terem uma vivência própria dos acontecimentos da década de setenta, ou não terem participado diretamente da eclosão do feminismo, não as torna menos capazes de dar continuidade à luta da revisão da feminilidade. Ao contrário, elas conseguem, com rapidez e entusiasmo, incorporar em suas concepções políticas a visão mais ampla de cidadania, discutindo as condições específicas da profissão e do cotidiano doméstico.¹⁹

No mundo, a nação pioneira do sufrágio universal foi a Nova Zelândia, em 1893, tendo como líder Kate Sheppard. No Brasil a emancipação política, que dava liberdade para as mulheres alfabetizadas votarem foi antes de muitos países ‘desenvolvidos’, como a França, por exemplo. Em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira pela primeira vez, em âmbito nacional, votaria e seria votada, e caberia a primazia de ser eleita à médica paulista²⁰ Carlota Pereira de Queiróz, a primeira deputada brasileira. A primeira mulher negra a frequentar a Assembleia catarinense foi Antonieta de Barros²¹.

Conforme pesquisa realizada pelo IBGE 66% das brasileiras creem que a violência contra a mulher aumentou, temas como o aborto e sexualidade ainda são vistos com receio, principalmente por grupos religiosos conservadores, e o que dizer sobre tais fatos? O que é escondido é mais perigoso do que aquilo que é explícito... as mulheres se organizaram, fizeram valer seus direitos, podem viver com a dignidade que todo ser humano merece. Na teoria, isso está garantido, mas, e no cotidiano de milhares de mulheres que sofrem por não poderem respeitar seu ciclo natural de vida e submeter-se aos trabalhos estressantes que começam ao amanhecer e terminam tarde da noite... a poderem votar, mas por tantas vezes não podem ter o controle sob seus próprios corpos e filhos, o que antigamente tinham, no caso de escolherem como quer que seja o nascimento de suas crianças²².

Pior do que a discriminação aberta, é a mascarada, ‘ornada’ de eufemismos e estereótipos. Para as indígenas, é uma ferida cultural deixar seus filhos pequenos em uma creche não pertencente a sua comunidade natal, e a mãe ter que trabalhar. O costume indígena é tratar as crianças como filhos(as) da tribo, com os cuidados dos avós, de tios, tias, primos e primas maiores, e durante a primeira infância está sempre acompanhando sua mãe em suas atividades rotineiras. O que é positivo e seu cultivo apenas fortalece o empoderamento das mães, e a segurança de estarem

¹⁹ CAPELLIN, Paola. Os movimentos de trabalhadores e a Sociedade Brasileira.

²⁰ Dicionário de Mulheres do Brasil, p 155

²¹ notasereflecoes.blogspot.com/2011_12_01_archive.html

²² <http://www.ibge.gov.br/home/>

reproduzindo parte, pelo menos de suas raízes históricas, que não serão esquecidas pelas futuras gerações.

Para compreender o papel da mulher no espaço público, se faz de suma importância a pesquisa em fontes alternativas, como a história oral (mas, nesse trabalho, tal forma de coleta de dados não será possível, devido aos limitados recursos disponíveis) e nas, muitas vezes, sutis mudanças internas da sociedade. As mulheres inicialmente de modo informal, vão assumindo profissões e atividades cujo reconhecimento era basicamente masculino, e criam novas modalidades de participação social, mesmo que gradualmente sendo notadas. Especialmente nas classes media burguesa, pelo tempo e condições materiais disponíveis, e pobre, pela árdua busca de seu sustento e condições básicas de vida.

Tabela 2 -

Regiões	2007				
	masculino		feminino		Total
	NA	%	NA	%	NA
Norte	2.846.872	65,1	1.529.139	34,9	4.376.011
Nordeste	10.323.919	66,6	5.182.753	33,4	15.506.672
Sudeste	17.694.916	66,8	8.797.764	33,2	26.492.680
Sul					
Centro-oeste	6.466.059	69,0	2.899.941	31,0	9.366.000

Fonte: FIBGE/PNAD-microdados

* refere-se a todas as pessoas, de todas as idades, residentes em domicílios particulares

Esse quadro refere-se ao percentual de homens e mulheres chefes de família entre 2002 e 2007 em cada região do Brasil. Percebe-se o aumento do número de mulheres chefiando lares e um declínio no número de homens.

Gayle Rubin diz: (...) o movimento feminista deve sonhar mais do que com o fim da opressão das mulheres, deve sonhar com a eliminação da sexualidade obrigatória e dos papéis sexuais. O sonho que mais me atrai é o de uma sociedade ²³andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), na qual a anatomia sexual de alguém seja irrelevante para o que ele(a) é, o que faz e com quem se deita²⁴.

Não há o que se pode chamar “cultura feminina”, que tende a considerar somente as permanências, sem dar a devida atenção aos contextos e suas

²³ Andrógina: ser que possui características de ambos os sexos, não se podendo definir em um primeiro momento se trata-se de macho ou fêmea, no caso humano, homem ou mulher.

²⁴ RUBIN, Gayle.

especificidades. Para Fox Genovese (94), a ideia de irmandade teve um papel importante na trajetória do movimento feminista, mas não pode ser mistificada e vista como universal, como se apresentasse uma base natural invariável. A questão é nos perguntar como as relações entre os sexos foram construídas em um momento histórico, por que razão e em que contexto político. Este é o verdadeiro problema: historicizar a ideia homem/mulher. A diferença de sexos é um jogo político, que é ao mesmo tempo social e cultural.

Não é por acaso que a partir do século XVIII, surgiram diversas artistas de renome, especialmente no estilo Natureza Morta, já que a maior parte dos demais estilos estava sendo trabalhado por homens. Com a atuação feminina, tal estilo vai conquistando o respeito dos apreciadores de obras de arte que saíssem do estilo Renascentista.

Outra particularidade: os ritos de passagens de meninas e moças que passam por cerimônias e testes até se tornarem adultas na tribo. Para a grande parte das mulheres tais acontecimentos devem ser tratados como algo íntimo, que poucos tem a permissão de se envolver. Mas, para as indígenas, elas desejam ter o direito de vivenciar seus ciclos com naturalidade, do jeito delas. Levantar discussões étnicas pessoais, sim enfraquece qualquer movimento, mas uma abordagem social do tema respeito ao tempo de cada mulher no mundo 'just in time', seja como for que ela veja e experimente-o, já é válido.

No Sul do Brasil, existem poucos exemplos de escolas que aliam o currículo nacional, com a população local, lecionando guaraní, artesanato nativo, história da comunidade às atividades que se referem aos afro descendentes é dada maior ênfase, e isso o corpo docente, as famílias e a sociedade em geral devem rever. Falta desse comprometimento: uma população desestruturada, em conflito entre suas origens históricas e o processo de globalização. A questão de gênero e família complexamente formada há milhares de anos passa a não ter mais sentido, não por elas e eles, mas por todo contexto econômico, político, social, ideológico com que convivem no momento.

Toda a questão nacional naturalmente atinge também o estado de Santa Catarina. Nossas mulheres sempre tiveram a fama de serem 'trabalhadeiras', especialmente as de descendência germânica. Com o tempo, o ideal das mulheres ao cada vez mais obterem estabilidade financeira e prosperarem em seus negócios, no campo ou na cidade (principalmente), era a de serem novamente o ideal europeu de esposa, mãe e dona de casa. As profissões deveriam ser de suporte ao principal

sustento masculino: professoras, secretárias, enfermeiras, vendedoras, assistentes sociais, serviços públicos que lidassem com pessoas, exigissem paciência, perseverança e empatia, qualidades ditas femininas.²⁵

Tabela 3

TABELA 1: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÃO DA IMPRENSA FEMINISTA E SUAS DIFERENÇAS

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais, notícias em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cívicas, a maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Fonte: Cardoso, 2004.

Nesse quadro são apontadas as modificações ocorridas dentro do movimento feminista no Brasil de 1974 à 1999, ou seja, durante certo período da Guerra Fria e a chamada década da globalização.

Durante o século XX, tudo isso foi mudando, e os ideais da mulher moderna foram mudando (novamente, seguindo padrões europeus)... Adquiriram direitos,

²⁵ PEDRO, Joana Maria. Modernizando a desigualdade. Editora da Universidade de SP.p.148

poderes e funções antes apenas masculinos. Se, por exemplo, ciências exatas, invenções tecnológicas, política e educação financeira era assunto mais de 'homem', passaram a fazer parte do mundo feminino. Embora ainda meninas estejam mais concentradas a suas 'filhas' bonecas, e os meninos a seus 'mini automóveis', ambos estavam sentindo os ares da 'nova era' que desejava o equilíbrio entre o masculino e o feminino, sendo ambos iguais como seres humanos.

No caso do trabalho feminino, Madeira e Singer (1973:6) colocam a seguinte hipótese central: de maneira geral, em um país em desenvolvimento, espera-se que a evolução no nível de participação da mulher na força de trabalho atravesse três fases. Num primeiro momento, na abertura da industrialização, quando o número de pessoas empregadas na agricultura é ainda elevado e o número de empresas ²⁶manufatureiras e comerciais limitado à esfera doméstica ainda bastante significativo, o nível de integração da mulher na força de trabalho é elevado. Num segundo momento, quando o desenvolvimento econômico induz um grande número de pessoas à sair do pequeno comércio e da fabricação caseira e há paralelamente uma migração de áreas rurais para áreas urbanas, a taxa de participação da mulher em atividades produtivas tende a cair. Em geral, concomitantemente aos mecanismos descritos, há um crescimento do trabalho feminino no setor de serviços. Enquanto tal setor ainda vê-se empregando poucas mulheres, sua taxa de participação como força de trabalho continuará a cair. A participação feminina em serviços fora da esfera doméstica tenderá a aumentar em um próximo estágio.²⁷

Nos três estágios econômicos: sobrevivência, independência e influência homens e mulheres devem ser parceiros. O primeiro refere-se às necessidades mais básicas que ocupam um(a) chefe de família, como alimentação, moradia, transporte público, vestuário. O segundo refere-se a uma posição em que já há condições de escolher alimentos mais saudáveis, uma casa mais confortável, sistemas de saúde, educação e transporte melhores. Terceira: quando já se passa a ocupar-se com o social, pois para si e seu núcleo familiar já se desfruta de estabilidade econômica.²⁸

²⁶ De manufatura: Manufatura é um sistema de fabricação de grande quantidade de produtos de forma padronizada e em série. Neste processo pode ser usado somente as mãos (como era feito antes da Revolução Industrial) ou com a utilização de máquinas como passou a ocorrer após a Revolução Industrial.

Embora o termo manufatura tenha surgido relacionado ao trabalho manual, atualmente usamos a expressão "produto manufaturado" para nos referir ao bem produzido de forma industrial, ou seja, com o uso de máquinas.

²⁷ BARROSO, Carmem. Mulher sociedade e estado no Brasil. São Paulo. Editora brasiliense. p.15

²⁸ LARSON, Christine; DYCHTOWALD, Maddy. O Poder Econômico das Mulheres. 2010.p.18

Tabela 4 - Taxa de atividade segundo posição na família e sexo

Brasil - 1980 a 2007

Condição na Família	1980		1985		1989		1990		1993*	1998		2002		2007	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Chefes	88,2	43,3	87,8	50,0	87,6	52,0	87,5	51,2	57,3	86,6	56,4	85,8	56,5	84,4	58,6
Cônjuges															58,2
Filhos	78,5	20,0	75,7	32,9	78,5	36,5	80,7	37,6	49,7	83,7	51,3	83,9	55,5	85,6	41,3
Outros															
Sem Parentesco	52,6	27,3	61,1	36,8	60,1	36,5	59,2	36,2	39,1	56,8	38,2	57,3	42,7	55,0	33,3
Total (%)	61,5	23,3	64,4	26,2	65,2	27,8	64,8	28,1	31,5	58,9	32,2	59,5	34,9	55,9	73,9
	81,6	74,9	87,9	84,5	86,4	81,3	84,7	80	79,1	81,6	77,7	82,4	75,9	81,0	52,4

FONTE : FIBGE/PNADs

1980/1989 , tab 5; 1985, tab 4.4; 1990, tab 3.2; *1993 Tab. Especiais (disponível apenas para mulheres); 1998/2007-PNAD-Microdados

Essa tabela se refere a taxa de atividade entre homens e mulheres dos anos 1980 a 2007, levando em consideração o papel familiar (chefes, cônjuges, filhos, outros ou sem parentesco).

O número de mulheres que atuam além de serem donas de casa, trabalham fora e são responsáveis pelo sustento das famílias.

Não, nós mulheres não podemos esquecer o que a nós foi feito pela cultura patriarcal iniciada na Grécia Antiga... nem as valentes mulheres que por pouco não colocaram um ponto final na exploração de Roma sobre o território da Grã Bretanha, e as corajosas camponesas no final do Império Romano, que mesmo sendo perseguidas preferiam viver enclausuradas, ou até morrer, do que abandonarem sua cultura de devoção à seu Sagrado Feminino.

A cultura celta antiga não era o sonho de plena igualdade que muitos pesquisadores tentaram inventar, já que por terem sido tradicionalmente tribos guerreiras e caçadoras, em que os homens eram responsáveis por defender as mulheres, crianças e idosos e trazer o alimento para dentro da aldeia, a sociedade celta era mais centrada na figura masculina do que na feminina. Mesmo assim, as

mulheres celtas possuíam não poucas vantagens, se considerarmos o tratamento dispensado às gregas e romanas. Tanto que há lendas sobre uma rainha celta que, sentindo-se traída pelos romanos que prometeram dividir as terras de seu marido entre suas filhas e o Imperador Nero, mas no final anexaram todas as terras ao Império, tivera incitado mais de 100 mil britânicos a se rebelarem contra os abusos impostos pelos romanos.

O Feminismo acabou? Bom, do jeito que ele era até meados dos anos 80, sim. Agora, no século XXI, temos outros objetivos, até mais complexos do que os do passado: se antes a mulher estava presa a sua casa e passeios apenas acompanhada, como alguém famoso hoje deve sair protegida por seguranças, atualmente ela está presa ao estereótipo da mulher moderna: super. atarefada, magra, jovem, que ocupa-se demais com sua aparência novos tempos, novos desafios, e outros tantos velhos que ainda estão para ser superados.

Na jurisdição e políticas públicas equânimes como fica a situação das mulheres? O mesmo dever que um homem tem de servir ao Exército, a mulher também deve ter, e o dever de pagar pensão para os filhos em caso de divórcio, também deve servir para ambas as partes envolvidas. Sem falar que homens também são vítimas de estupro, em menor escala, mas ocorre. É algo não tão corriqueiro ou comentado, mas merece a devida atenção. Locais próprios para atender homens violentados são imprescindíveis se não se quer ser hipócrita.

Ter como prisma o Antagonismo é um método de estudo já ultrapassado. É inquestionável a validade de se compreender o que significam termos como chauvinismo²⁹, misandria³⁰, misoginia, masculinismo³¹ (ou será que não existem pessoas que defendem também os direitos dos homens)?,.. mas, ter uma visão focada no fator 'um grupo contra o outro', empobrece qualquer trabalho acadêmico. Como ser sempre positivista historicamente falando, não satisfaz 'n' questões que uma leitura menos factual e mais material poderia responder satisfatoriamente.

Pensando o que é ser mulher no Ocidente e o Oriente é uma temática atual. Debate-se sobre a privação de liberdade que meninas, jovens, adultas e idosas são

²⁹ **Chauvinismo** ou **chovinismo** (do francês *chauvinisme*) é o termo dado a todo tipo de opinião exacerbada, tendenciosa, ou agressiva em favor de um país, grupo ou ideia. Associados ao chauvinismo frequentemente identificam-se com expressões de rejeição radical a seus contrários, desprezo às minorias, narcisismo, mitomania.

³⁰ Misandria é o ódio ou desprezo ao sexo masculino (homens ou meninos). É paralelo à misoginia, o ódio para com o sexo feminino. Misandria é o antônimo de filandria, que é o apreço, admiração ou amor aos homens.

³¹ O **Masculinismo** é uma corrente teórica, uma filosofia moral ligada a movimentos políticos que se fundamenta na experiência masculina. Segundo alguns de seus militantes, sua proposta é analisar as desigualdades de gênero e promover o combate ao sexismo antimasculino.

incutidas no Oriente Médio, que essas não têm seus direitos como ser humano respeitado. Mas, e o que falar sobre as ocidentais que são condicionadas a trabalhar três turnos por dia, e só receber por um? Ou que tem pelos padrões capitalistas, o poder de escolha de seu conjugue, quando quer casar, mas escolhe exatamente um que a sustente financeiramente, mas não a trate dignamente? E no Brasil, por exemplo, também não criticam que se vulgariza e tem fama de fácil ou prostituta? Em que medida em uma região há liberdade plena e em outra total falta da mesma? E quando o livre arbítrio é transformado em libertinagem, e a proibição em 'livre arbítrio ou libertinagem, nas concepções orientais? São questões para se refletir...

Quais as verdadeiras intenções das ações afirmativas nos Estados Unidos e na Europa, que espalham pelos 6 continentes do globo terrestre? O que querem em troca de seus locais de influência? Não é por acaso, que no final dos anos 90 e início dos 2000, ações internacionais favorecendo a atuação da mulher em locais não, ou defasadamente 'democráticos'. Como já se resolveram internamente, em questão de gênero, países ditos desenvolvidos, e necessitam resolver-se economicamente, correm atrás do prejuízo, discursando sobre as geniosas ações em prol das mulheres que seus países têm a compartilhar com os mais 'atrasados culturalmente' (visando, claro, uma recompensa nada modesta à frente).

Todo ser humano experimenta sua sexualidade de forma singular. O que um aprecia ou fantasia, o outro pode não estar de acordo. Para um casal ter um relacionamento saudável, ter a mente aberta e explicar ao outro aquilo que agrada e aquilo que desagrada

Sobre o alvoroço causado sobre a polêmica pesquisa cujo resultado apontou a mulher como culpada dos casos de estupro. Primeiramente, toda pessoa em sã consciência teoricamente tem o bom senso de saber que ninguém, independente de gênero ou faixa etária, merece ser estuprado. Quem comete tal crime, por lei, deve ser punido. É de suma importância, também, averiguar as circunstâncias em que a violência contra a liberdade sexual foi cometida. Esta o violentador ou e a vítima sóbrios; Pois, não importando o local ou a roupa, tendo o controle sob seus atos, é perfeitamente possível compreender racionalmente até onde a pessoa pretende chegar, onde é considerado desconfortável e constrangedor³².

E o fato de, pelo simples fato de ser homem ou mulher, entende como funciona o cérebro masculino ou feminino, também é passível de questionamento.

³² PREMI, Lilian.Caros Amigos, Ano 16, Ed 201

Por exemplo, em ambientes como times de futebol, porque somente uma pessoa do mesmo sexo dos jogadores seria a melhor indicada para trabalhar a questão psicológica dos mesmos? Ou ginecologistas deveriam ser apenas mulheres e urologistas homens? Seria como falar que um oncologista precisaria ter sido um sobrevivente de câncer para compreender o que passa com seus pacientes. O que não é verídico. É obvio que existem diferenças entre os cérebros masculino e feminino, mas, o que impede de um poder estudar o do outro? Essa história de ‘cada um com seus semelhantes’ aparenta ter caracteres de segregação embutida, ou não?

E assim, Firestone imagina o ponto zero final da história:

Desaparecimento da distinção cultural de sexo, idade e raça e da psicologia de poder: liberdade sexual total. Desaparecimento da distinção de classe e do Estado: autodeterminação e ausência de fronteiras. Desaparecimento da “cultura”: realização do concebível no real.³³

³³ FIRESTONE. A dialética do sexo 1976. Editora: Labor do Brasil

2 HISTÓRIA DAS MULHERES NO CENÁRIO NACIONAL

No Brasil, por sua multiplicidade cultural, deve-se ser estudada a história das mulheres conectando a história global à regional. De princípio, será visto o conceito cultural de gênero pelos paradigmas dos povos autóctones, anteriores ao século XVI. Como as narrativas sobre esses geralmente foram feitas segundo a interpretação moral cristã católica europeia, para o historiador é primordial dissociar o que seria o registro do fato em si, ou distorções sobre o mesmo. Ao citar diferenciações entre as nações indígenas ao invés de comparar todos os ameríndios com a civilização europeia, aí teríamos os relatos mais precisos historicamente.

A etnia tupinambá, uma das primeiras a ter contato com os portugueses, será abordada. Durante a gravidez, as gestantes faziam todas as atividades a elas cabíveis, até o final. Na hora do nascimento de uma criança, a parturiente avisava as vizinhas que estava perto da hora de dar a luz, e elas rapidamente anunciavam às outras mulheres da tribo, para que estivessem presentes. Após o parto, a mãe lavava-se e continuava a trabalhar normalmente. O pai é que ficava de resguardo e recebia os cumprimentos pelo recém-nascido. (e também era requisitado se o parto se complicasse)³⁴

Ao contrário de muitos bebês europeus, os indígenas eram cuidados pela mãe e amamentados exclusivamente por elas até um ano e meio, aproximadamente. Também não eram enfaixados e, como o clima favorecia, eram criados ao ar livre. Quando maior, a criança estava sob os cuidados de toda a comunidade, e a elas eram deliberadas tarefas distintas para os meninos e para as meninas, que imitavam aquilo que os adultos realizavam, confeccionando pequenas redes, panelas de argila, procurando pequenos animais e peixes, praticando arco e flecha. Quando adolescentes, sua sexualidade não era reprimida, a não ser nos casos de incesto (outros grupos também eram evitados).³⁵..

Os ritos de passagem, aos olhos dos colonizadores, eram considerados como bizarros, como se proteger as jovens burguesas das 'perversões' mundanas também não o fosse, para nossos nativos. Os homens deviam ocupar-se da caça, pesca, proteção da tribo, comando dos rituais xamânicos, ensinar tais atividades os pequenos curumins. Enquanto às mulheres era incuba a responsabilidade de

³⁴ PRIORI, Mary Del; TELLES, Norma; ENGEL, Magali, et al. História das Mulheres no Brasil.p.

³⁵ Ibid,p.

plantar, colher, preparar os alimentos, instruir as mais jovens. E, com o preconceito às mais idosas responsáveis pelos rituais de antropofagia pudesse deixar as mulheres do Atlântico Norte mais asseadas e bonitas por baixo dos tecidos.³⁶

Após casados é que a fidelidade torna-se um dever a ser cumprido. Atenta-se para o risco de confundir a moralidade europeia com a nativa americana. Ambas possuem diferentes motivos de ser. Cada uma atendendo as particularidades de cada civilização. A vida ativa que levavam as indígenas (e as negras escravas) muito contrastava com a das sinhás do período colonial. As jovens e as mulheres casadas era restrita a convivência com estranhos e a exibição de seus corpos em atividades fora do ambiente doméstico. A grande maioria das brasileiras estava encarregadas do trabalho braçal que sustentava a ociosidade de uma minoria abastada (quase sempre casada).³⁷

De acordo com a impressão estrangeira 'puritana' a sociedade colonial brasileira se caracterizava por uma precariedade e leviandade em se tratando da educação formal, civil e ética das mulheres incomum ao que desenrolava-se na Inglaterra e nos Estados Unidos. A convivência dos filhos e filhas dos brancos com os dos escravos era considerada repugnante e deturpava o caráter dos pequenos. As mães de origem abastada eram consideradas jovens e imaturas para cuidarem de seus filhos com a polidez e disciplina presentes na educação daquelas pertencentes as colônias de povoamento. A justificativa dava por motivos naturais e não culturalmente impressos em cada região, etnia e gênero. Lembrando que, na parte Sul agrária e escravista estadunidense a segregação racial era um dogma.³⁸

Enquanto as filhas dos latifundiários sofriam pela vigilância e pelas amarras da tradição da honra familiar patriarcal (cristã católica), as negras vinham em regime de cativo, separadas de suas famílias, para que suas raízes históricas fossem enfraquecidas, bem como e sua mobilização social, já que fadados a conviver com estranhos que falavam diferentes línguas ou até membros de tribos rivais. E aqui trabalhavam de sol a sol, nas plantações de seus donos, sendo a bel-prazer deste, abusadas sexualmente. E quando uma branca tivesse crianças de colo, as escravas que estivessem em situação semelhante deveriam deixar seus próprios filhos de lado e servir de ama-de-leite para as crias da sinhá e do sinhô.

³⁶ PRIORI, Mary Del; TELLES, Norma; ENGEL, Magali. p.

³⁷ Ibid.p.

³⁸ QUINTAREIRO, Tânia. Retratos de Mulheres: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1993.

As causas dos abortos praticados com a ingestão de ervas e chás diferem de caso para caso. As moças e mulheres da elite em sua grande maioria abortavam ou enjeitavam seus filhos por motivos morais, pela não 'legitimidade' da concepção, enquanto as negras abortavam por razões outras. Para que as futuras gerações não tornarem-se a memória da, e reproduzissem a falta de perspectivas que teriam para terem autonomia sobre suas palavras ações em uma sociedade escravocrata. Nem criar os frutos concebidos de relações abusivas. As livres não suportariam ver os pequenos padecer na miséria e falta de assistência medica\educacional.

Como os relacionamentos entre indígenas e colonos europeus eram corriqueiros, jovens órfãs de pais que morreram na vinda para as Américas eram requisitadas para casar com esses homens que mantinham intimidades sem pudores com as nativas (de repente até alguns nativos)... O que leva a suspeita inclusive com os escravos africanos.

Se os pais da elite colonial que acreditavam estar suas filhas bem encaminhadas ao serem levadas para conventos, um bom número estava muito enganado: inclusive, muitas jovens tiveram a oportunidade de gozar maior liberdade e confortos do que estariam na casa de seus genitores. Lá encontravam tudo o que podiam imaginar para perderem-se na luxúria, mesmo que por vezes tivessem que agir com cautela e demonstrarem ser 'puras e castas'. As saídas para os 'trabalhos de caridade', os luxuosos quartos, roupas e festividades religiosas, o convívio com padres... tudo estimulava aos sentidos e prazeres da carne.

Se atualmente, câmeras de segurança não intimidam a quem não tem nada a perder transgredindo as normas sociais, na época em que esse nível de vigia não era nem cogitado, o que ocorria entre as quatro paredes de um local (relativamente) ou bem reservado fugia de qualquer padrão estereotipado.

Nas palavras de Joana Maria Pedro:

Grande parte do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi povoado de forma planejada partir de meados do século XVIII, com casais oriundos das ilhas dos Açores e da Madeiras. Essa forma de povoamento iria se repetir em meados do século XIX, como parte de um projeto de branqueamento e de Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequeno vulto. A urbanização foi tardia em relação ao Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.³⁹

³⁹ PEDRO, Joana Maria. História das mulheres do Brasil. São Paulo. Editora: Contexto.p. 280

Como o Rio Grande do Sul tinha uma economia alicerçada na pecuária extensiva, a população para lá atraída era masculinizada e eminentemente nômade. Quem administrava os recursos materiais da família eram as mulheres. Aliás, lembrando muito o cenário paulista nos anos 30. Não é incomum encontrar as esposas, filhas ou viúvas tocando negócios, fazendas e estâncias. E, como se sabe, no Sul os conflitos de terra eram corriqueiros, o que dava aos homens destaque nas atividades políticas e nas batalhas. As jovens e as mais adultas foram habituando-se a ausência masculina e seguiam com os empreendimentos que aqueciam a economia local e agora estavam nas mãos delas. Até o final do século XIX e do período Imperial por conseguinte.

Essa visão latina que veio desde a Grécia Antiga de que o trabalho braçal e 'sujo' era destinado a classe dos escravos ou servos, enquanto a educação formal e os ramos de empregos que demandassem mais do raciocínio lógico do que de outras partes do corpo seriam vagas aqueles que fossem abastados, vigorou até que A Revolução Industrial se materializasse. A partir de então, o modelo de cidadão ou cidadã, passou a ser da pessoa que auxiliasse na expansão da modernização e "higienização" física e moral do Brasil. Cada região seguiria as leis da agora Federação (e, claro, das pressões externas).

Os dados neste capítulo mencionados podem ser encontrados no Dicionário de Mulheres do Brasil.

Felipa de Souza. Era portuguesa, alfabetizada e teve dois maridos (casou-se novamente após enviuvar). Seu único diferencial seria sua erudição para uma senhora do século XVI. O que a tornou ainda mais memorável foram seus relacionamentos amorosos com outras mulheres. O Tribunal do Santo Ofício forçou-a a confessar seu crime de lesbianismo. Sua punição foi o açoite público, o degredo da Capitania da Bahia e humilhações psicológicas. Seu nome foi atribuído ao principal prêmio internacional de Direitos Humanos dos Homossexuais, O Felipa de Souza Award⁴⁰.

Teresa Margarida da Silva e Orta: Tendo sua família enriquecido as custas da exploração indígena, teve condições de ser educada em um convento. Apreciadora das artes e das ciências, Teresa foi uma das brasileiras de maior prestígio intelectual durante o século XVIII, por inaugurar a escrita romântica feminina em língua portuguesa. Escreveu a obra reeditada Aventuras de Diófanes, na qual criticava a corrupção e mordomias a que os monarcas estavam cercados e reivindicava a

⁴⁰ SHUMAHER, Maria Aparecida. Dicionário de Mulheres do Brasil. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2000. p.

autonomia das terras indígenas bem como a instrução feminina. Assinou com um pseudônimo, temendo ser punida por descobrirem ela ser autora de ideias tão pouco ‘ortodoxas’, pois ela já havia sido presa, só que por questões familiares. Vindo seu nome a tona nas pesquisas literárias somente no século passado⁴¹.

Princesa Izabel, primeira mulher a governar o Brasil (durante os períodos de ausência de Dom Pedro II. Governou e sancionou leis a partir de interesses que não convergiam exatamente com o povo brasileiro, nem tomava as decisões por deliberação própria, mas esteve a frente da direção do país).⁴²

Carlota Joaquina: princesa do Brasil e rainha de Portugal. De origem hispânica, casou-se com D. João VI por razões políticas: a consolidação do elo entre os reinos ibéricos. Em 1808, devida as investidas de Napoleão Bonaparte contra a coroa lusitana, apelou para seu pai que não fugissem para o Brasil, o que acabou não funcionando. Em 1820, Carlota Joaquina alimentou esperanças de governar as colônias espanholas, para recuperar o poder de sua família. Ela tencionava um levante no Uruguai, mas D. João VI a impediu. De volta a Europa, conspirou contra ele, porém teve sua cidadania portuguesa cassada⁴³.

Geralmente por interesses alheios aos do povo autóctone, houve indígenas que trabalharam em funções delegadas aos homens, como Ana Maria, que tutelou diversas famílias amazonenses durante o processo de transição do comando missionário ao colonial.⁴⁴

Em Pernambuco, no século XVII, após os homens serem derrotados pelos holandeses, as mulheres reagiram a invasão holandesa, e acabaram com a ameaça aos lusitanos⁴⁵.

Hipólita Jacinta Teixeira de Melo: única mulher a se ter notícia que teve papel protagonista na Conjuração Mineira, de educação erudita, foi ela quem escreveu a carta denunciando o traidor dos conjurados Joaquim Silverio dos Reis⁴⁶.

Joanna Angélica foi uma das figuras femininas que mais atuou no processo de Independência política Brasileira. Era um freira, que juntamente com outras irmãs, ao se deparar com as tropas lusitanas, enfrentou-os e até quando pode escamoteou o paradeiro do convento onde estavam brasileiros inimigos de Portugal.

⁴¹ Dicionário de Mulheres do Brasil, p.586

⁴² Ibid,p.

⁴³ Ibid.p.

⁴⁴ Ibid.p.

⁴⁵ Ibid.p.

⁴⁶ Ibid.p.

Contudo os portugueses saquearam o convento e mataram a abadessa ao aparecer na porta. Os demais presentes fugiram, exceto por um clérigo idoso⁴⁷.

Outra personagem a ser citada é Maria Quitéria. Percebendo o rebuliço pelo movimento da Independência despertou a intenção de libertar o Brasil de Portugal. Militou de igual para igual com os demais. Primeiramente, tendo que se disfarçar para adentrar no Regimento de Artilharia. De família tradicionalmente militar e órfã de mãe ainda criança, seguia os exemplos masculinos com quem convivia. Angariou a posição de 1ª cadete. Ana Neri foi outra que participou na Guerra do Paraguai, como enfermeira. Sendo precursora da enfermagem no Brasil⁴⁸.

Nísia Floresta Brasileira Augusta: intelectual feminista. Publicou no Recife a obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, cujo original é em inglês: *Reinvidication of the Rights of Woman*. Essa publicação de 1832 tituló Nisia como precursora do pensamento emancipatório feminino no Brasil. Inaugurou o Colégio Augusto, em uma época em que fervilhavam escolas dirigidas por europeus. Ela conciliou o tradicional ensino de artesanato às estudantes com aulas de português, línguas estrangeiras e geografia. Atendendo a demanda comercial de opções de instrução para garotas. Em suas viagens pela Europa conheceu Augusto Comte, absorvendo muito de suas teorias⁴⁹.

Violante Atalipa Ximenes Bivar e Velasco: de origem elitista e ligada ao Império brasileiro, recebeu educação de qualidade. Disputando com Joana Paula Manso de Noronha a insurgência da imprensa feminina em território tupiniquim. Mas, por Joana ser argentina, Violante ficou com o posto⁵⁰.

Maria José de Castro Rebelo Mendes: Primeira mulher a ingressar no Itamarati. Hábil poliglota, nas primeiras do século XX prestou concurso para o serviço público, após estudar de forma autodidata matérias que não dominava, como economia e política. Ficou em primeiro lugar, mesmo assim, recebeu duras críticas por pessoas que afirmavam não ser um emprego adequado a mulheres. A imprensa noticiou ora com elogios ora com desprezo a tentativa de Maria José e sua família de deferirem seu processo para habilitá-la ao Itamarati. Pouco importou a opinião alheia e ela naturalmente ingressou como serventuária pública, até que sua vida familiar acabou indo por vezes de encontro à sua carreira⁵¹.

⁴⁷ Ibid. p.

⁴⁸ Dicionário de Mulheres do Brasil, p.

⁴⁹ Ibid. p.

⁵⁰ Ibid. p.

⁵¹ Ibid. p.

Yvone Monteiro da Silva: Até a sua graduação no ensino secundário do mais importante colégio desse nível em 1927, o Colégio Pedro II, somente homens cursavam o Ensino Médio nessa instituição de ensino. Isso graças a interpretação do reitor, que não encontrou nenhuma lei proibindo Yvone de se matricular⁵².

Virginia Rau: Historiadora. Um dos principais nomes ao se falar de historiografia feminina. Em 1965 foi à primeira mulher a integrar o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Como os estatutos de tal entidade eram retrógrados do que diz respeito à admissão de mulheres, após votação, passaram por uma reforma, para que assim Virgínia se tornasse membro, só que como correspondente em Portugal (ela era de origem lusitana). Sócia genuinamente foi Isa Adonias em 1968⁵³.

As chamadas vivandeiras eram as mulheres que participaram da Coluna Prestes. O número aproximado seria de 50 mulheres que agregaram as tropas rebeldes desde o Rio Grande ou durante todo o percurso até a Bolívia. Por mais que não fossem toleradas, elas insistiram e marcharam, suportando todo tipo de privações e preconceitos ao tomarem atitudes mais ousadas em momentos de combate. 10 sobreviveram até o último dia oficial da marcha⁵⁴.

O Estatuto da Mulher. Tinha como objetivo a alteração do Judiciário no que tangia os direitos das mulheres. Bertha Lutz membra da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) ao apresentar as propostas da fundação, uma Comissão Especial para o EM, foi recebida pelas portas fechadas do Legislativo. E o Departamento da Mulher foi rejeitado por outra representante feminina, que o via como algo que iria além da competência de três ministérios, sendo a solução estar subordinado a um deles, de preferência o de Educação e Saúde. Outra crítica era a não permissão de homens para compô-lo⁵⁵

Um bom número de mulheres da classe média e elite foram atraídas para o movimento feminista a partir do programa Pró - Matre, cuja proposta era a da 'maternidade higiênica', constituída de políticas pública de proteção a gestante e as crianças. Obteve maior expressividade a partir da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. No 1º Congresso Internacional Feminista em 1922, é que a saúde das mães e bebês passou a ser considerada com a rigidez científica explosiva na época. Mesmo que com tendência manipulativa, discutindo-se inclusive

⁵² Dicionário de Mulheres do Brasil, p. 607

⁵³ Ibid. p. 603

⁵⁴ Ibid.p.

⁵⁵ Ibid.p. 139

teses eugênicas, como exames pré-nupciais pela 'compatibilidade genética' do casal.⁵⁶

Maria Bonita: cangaceira e companheira de Lampião. apelidada Rainha do Cangaço. Como a maioria das moças do nordeste, casou adolescente. Não entendia-se com seu marido, e quando brigavam, ela voltava para a casa dos pais. Lá, atraiu-se pelo cangaceiro Lampião, e este, seduzido pela jovem, a aceitou em seu grupo. Poucas exceções foram abertas para mulheres entrarem nessa existência clandestina, por ser perigoso a elas. A única que tem-se provas que entrou na linha de fogo nos combates foi uma conhecida com Dadá, apesar de algumas portarem armas, como Maria Bonita. Ao se punir esses grupos, os policiais tratavam com a mesma brutalidade cangaceiros e cangaceiras, por mais que as tentasse proteger dos conflitos bélicos⁵⁷.

Julia Parques, sufragista do Rio Grande do Norte. Em 1927, requerendo sua plena cidadania abriu espaço para que outras conterrâneas fizessem o mesmo, sendo feliz em sua causa⁵⁸.

Darci Sarmanho Vargas, primeira-dama, esposa de Getúlio Vargas. Seu envolvimento em obras assistencialistas teve início em 1934, onde fundou abrigos para mendigos e escolas para pessoas carentes no Rio de Janeiro. Como evento público de maior respaldo, o Natal dos Pobres reunia multidões. A Casa do Pequeno Jornaleiro foi sua mais famosa das obras envolvendo a infância. Recebeu complementos e novas instalações, como o atendimento a família de trabalhadores rurais, restaurante e colônia de férias. Criou a Legião Brasileira de Assistência. (LBA). Coube a esta levar diversas atividades assistenciais para todo o Brasil, sendo o principal órgão de tal espécie por décadas. Na Segunda Guerra Mundial auxiliava com mantimentos e comunicação do povo e famílias aos soldados brasileiros⁵⁹.

Janete Clair, principal roteirista de novelas reconhecida nacionalmente, a partir do sucesso de Selva de Pedra. Iniciou como radialista, tendo que sustentar a família por conta da prisão do marido por seu engajamento político durante a Ditadura Militar. Alias, existindo uma líder guerrilheira 'profissional'⁶⁰.

⁵⁶ Dicionário de Mulheres do Brasil, p.

⁵⁷ Ibid.p.

⁵⁸ Ibid.p.

⁵⁹ Ibid.p.

⁶⁰ Ibid.p.

A Orquestra Feminina de São Paulo, única do gênero na América Latina foi fruto do trabalho da pianista e compositora Dinorá de Carvalho. Recebeu diversos prêmios por sua música e por incentivar a cultura para crianças⁶¹.

O Decálogo Feminista em uma clausula também apresenta questionamentos: a de não votar em quem não for feminista. Assemelhava-se ao conceito das décadas de 60-70 de se tomar cuidado em não confiar em alguém com mais de 30 anos, pois essa pessoa provavelmente teria uma mentalidade pouco compatível com a dos jovens guerrilheiros. Quem se declarasse antifeminista automaticamente seria contra a tese de complementariedade e não rivalidade entre os sexos, e para que esse momento chegue, uma 'inversão' era primaria ocorrer, até as mulheres alcançarem os mesmos 'territórios' dos homens e só então a igualdade paulatinamente ir sendo redefinida⁶².

Olímpia de Araújo Camerino: Durante a Segunda Guerra Mundial, participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do 1º Grupo de Caça como enfermeira voluntária. Lembrando Ana Néri, que a 75 anos antes de Olímpia trabalhara na Guerra do Paraguai⁶³.

Nise da Silveira: médica psiquiatra. De família erudita, ingressou com 16 anos na faculdade de medicina. Após formar-se iniciou trabalhando com psiquiatria, tendo verdadeiro interesse em pesquisar métodos alternativos para o tratamento da esquizofrenia. Militante da ANL (Aliança Nacional Libertadora), foi presa acusada por ser comunista. Após sua anistia, viu-se desempregada e não adaptou-se a violência com que os doentes mentais eram tratados. Em 45 finalmente sua proposta de criar uma ala de terapia ocupacional foi aceita. Esse novo modelo mais humanista de se encarar a psiquiatria rendeu-lhe elogios por profissionais da área no mundo inteiro. Recebendo título de doutor(a) honoris causa da UERJ⁶⁴.

Benedita da Silva foi política ativista do Movimento Negro e Feminista. Desde criança, teve que se sujeitar as opressões por ser pobre, afro descendente e mulher. Seu poder de mobilizar as massas moradoras das favelas com seus preceitos socializantes, a levou a se candidatar e ser eleita vereadora, deputada federal e senadora. Ela decretou o Dia da Consciência Negra, criou projetos de inclusão racial

⁶¹ Dicionário de Mulheres do Brasil, p.

⁶² Ibid.p.

⁶³ Ibid.p.

⁶⁴ Ibid.p. 74

na mídia, cotas para universitários, apuração de crimes de racismo e leis em defesa das empregadas domesticas⁶⁵.

Ana Montenegro foi a primeira mulher a ser exilada por crimes políticos durante a Ditadura Militar. Participou da criação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) e tomou parte na Frente Nacionalista Feminista. Após, já no México entrou em contato com outros movimentos feministas latino-americanos⁶⁶.

Ester de Figueiredo Ferraz, a primeira reitora de uma universidade na América Latina e primeira ministra de Estado brasileira⁶⁷.

Maria Ester Correa Ramalho: contrariando as expectativas profissionais femininas, graduou-se em Engenharia em 1927, participando inclusive do contexto feminista dos anos 1920-30⁶⁸.

Lidia Cunha, ativista do movimento de mulheres. Comunista, viajou para Moscou e para China. Delegada no Congresso Internacional de Mulheres de Copenhague. Clube das Mulheres do Brasil, Federação das Mulheres do Brasil.⁶⁹

Lea Campos, primeira mulher arbitra de futebol de mundo. Teve que apelar à CBF e até ao presidente da República para que seu diploma como juíza fosse validado, obtendo êxito na Copa do Mundo de Futebol Feminino, no Brasil, sua aceitação sofreu tensões até concordarem em ela apitar jogos⁷⁰.

Se o Brasil deu a largada inicial para a aviação com Santos Dummont, uma piloto brasileira obteve reconhecimento internacional por suas façanhas aéreas: Ada Rogato. De família burguesa tradicional, sua educação para o lar não a desestimulou a sonhar em ser piloto. A primeira a atravessar os Andes, e até 1951, a que viajou a maior distância sozinha indo do Chile ao Alasca, a ser paraquedista e a receber diversos prêmios mundiais⁷¹.

Maria Dulce Barbosa: primeira prefeita eleita na Paraíba. Também conhecida como Dona Dulce, foi a primeira a ingressar na carreira de vereadora em seu estado, além de ser uma das mulheres com o mandato político mais longo no Brasil, por três mandatos. Foi influenciada pelas agitações políticas das décadas de 1930-

⁶⁵ Dicionário de Mulheres do Brasil, p.

⁶⁶ Ibid

⁶⁷ Ibid

⁶⁸ Ibid

⁶⁹ Ibid

⁷⁰ Ibid

⁷¹ Ibid

40. Não ganhou mais eleições, mas por toda sua vida pública engendrou-se em ações políticas.⁷²

Chieko Aoki, empresaria japonesa naturalizada brasileira. Dona da rede hoteleira Blue Tree Hotels. Uma das executiva de maior sucesso no Brasil. Também prestigiada como palestrante. Os imigrantes e seus descendentes enriqueceram e enriquecem o Brasil de 'n' formas, muito embora brasileiros e estrangeiros, aqui ou no Japão, sejam estereotipados, tendo algumas características, nem sempre reais exageradas, como o fato de orientais serem mais hábeis em administrar negócios e brasileiros em dançar, por exemplo⁷³.

⁷² Dicionário de Mulheres do Brasil,p.

⁷³ Ibid.p.

3. AS MULHERES NO TERRITÓRIO CATARINENSE

Em Santa Catarina, cada subdivisão presenciava esse período de ruptura de formas distintas: o litoral, já melhor conhecido e explorado por sua posição geográfica estratégica que beneficiava o cultivo dos mais variados itens tropicais e transporte marítimo da produção (manual ou manufatureira) inclusive de outras partes do estado para todo o Brasil, até o exterior. As regiões de campos em que a produção agropecuária era favorecida, e o extremo oeste, divisa com a Argentina, questão que inicialmente não causara discussões, os planaltos mais distantes, frios ou de difícil acesso poucos despertavam atrativos até então. O mapa catarinense aumentava a medida que a República Federativa do Brasil ia tomando controle de seu território e da população lá vivendo.

O emprego de mulheres indígenas nas cidades e fazendas fazia parte da tentativa do branqueamento. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua incursão pela América entre 1816-1822, na passagem por Curitiba e Província de Santa Catarina registrou o emprego de mulheres Kaingang em trabalhos domésticos. Segundo seu registro, a exploração da mão de obra escrava de mulheres indígenas era comum nas fazendas.

Não poupa elogios às mulheres Kaingang, realçando a beleza, a engenhosidade, a inteligência e a previdência, sugerindo casamentos mistos com os paulistas para estimular o branqueamento, ao invés de exterminá-los.⁷⁴

Em obra de Darci Ribeiro encontramos a figura da índia Vanuíre: era pertencente à etnia kaingang e vivia no Paraná. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a atraiu para um aldeamento em São Paulo onde ela serviu como interprete entre demais índios de sua tribo e os brancos. Foi construído um museu histórico com seu nome, onde estão guardadas e expostas cerca de 38 mil peças representando as mais diferentes nações indígenas do Brasil.⁷⁵

A mulher indígena em vários casos era considerada escrava por aqueles que não estavam dentro das comunidades autóctones, em contrapartida, aquelas que servissem a missão civilizatória capitalista e cristã eram atribuídos adjetivos de heroínas, pacificadoras... como em sua própria cultura por elas também construídas estivessem piores do que sob o mando de uma ética estrangeira que nem como pessoas considerava as populações indígenas. Se elas tinham que se encarregar do

⁷⁴ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. p.5

⁷⁵ RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2a ed. Patrópolis: Vozes, 1977

fardo pela economia doméstica, e para as nômades, levar todos os seus pertences enquanto os homens restavam o arco e algumas flechas, sofrer torturas e privações para passar de criança para jovem, o que as esperaria nas mãos de quem tinha como símbolos para suas bandeiras uma cruz e o cifrão?

Martina Vergueiro, líder indígena kaikang referida (bem como outros nomes) na revista científica eletrônica *Fazendo Gênero* produzido por Cinthia Creatini da Rocha. Com sua família, rodou de aldeamento para aldeamento por conta da ação dos colonos europeus que no Sul do Brasil encontraram seu novo lar. No meio dessa peregrinação, ao ver seu povo perder suas raízes, com cada vez menos espaço até para sobreviver, começou a envolver-se no movimento indígena pela demarcação de terras para sua tribo. Entende-se como não somente específica essa mobilização, ou seja, sendo prescindível a atuação de caciques, pajés ou outra autoridade legitimada. A agência feminina nas organizações sociopolíticas das Terras Baixas da América do Sul é a materialização da assimetria presente entre os kaigang. Mais do que a mera separação entre gêneros, a crença no indivíduo como síntese do masculino e do feminino era compreendido pelos povos autóctones do Sul do Brasil há milênios.⁷⁶

A importância das mulheres indígenas para o funcionamento da tribo, não da família apenas, era tamanha que questões como gravidez/maternidade influía menos no dia a dia delas na roça do que para aquelas inseridas no meio industrial, em que são tratadas não como mulheres empoderadas, mas seres frágeis a quem cabe os artificiais cuidados médicos para que seus filhos enfim nasçam e sejam criados.

Para citar algumas dessas ‘chefes’ tribais: Maria Oliveira (TI Iraí); Malvina Braga (TI Cacique Doble); Joana Caetano Chaves (TI Carreteiro); Luísa Marcolina Pedroso (TI Votouro); Natália Kanheró (Irapuá/ TI Guarita); Maurícia Itorino (Bananeiras/ TI Nonoai); Henriqueta Kanheró (TI Nonoai/ Rio da Várzea). Além destas xamãs, atualmente a TI (Terra Indígena) Estrela é liderada pela “cacica” Maria Antônia Soares, de Estrela.⁷⁷

Nas palavras de Patrícia Carvalho Rosa:

⁷⁶CARVALHO, Rosa. http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277601188_ARQUIVO_ApresentacaoFinal_formatada30junho.pdf

⁷⁷http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277601188_ARQUIVO_ApresentacaoFinal_formatada30junho.pdf

A complementaridade é uma característica constitutiva da pessoa Kaingang e que nessa importante instituição social percebe-se que “a filosofia de estabelecer relações idealmente harmoniosas entre os opostos é uma das expressões mais marcantes do pensamento Kaingang”. A criança recebe dois nomes. Um que diz sobre a metade do pai e outro que diz sobre a metade da mãe. No entanto, cabe observar que mesmo havendo complementaridade na instituição de nomeação Kaingang em relação às metades clônicas, tal relação segue sendo assimétrica na medida em que há o englobamento dos aspectos maternos pelos paternos. Ou seja, ao receber nomes que tenham referência à metade da mãe, isso não significa que os aspectos paternos são ignorados.⁷⁸

Albina Bortolotii Mosconi: professora, desbravadora e voluntária em prestação de serviços sociais. Vinda da Itália em 1923, com seu marido Dante Mosconi, chegaram em Caçador no ano de 1928. Ela foi convidada a lecionar na humilde escola existente na época, que não contava com educadores qualificados. Vendo que para o povo caçadoreense a instrução encontrava em estado precário, Albina e Dante tomaram a iniciativa de construir o colégio Aurora, que foi gradativamente expandindo seu atendimento à comunidade por meio de cursos, como o Comercial e o Normal, além dos de alfabetização individual para jovens e adultos. Após, Albina vende o colégio para os maristas, e prossegue envolvida em atividades relacionadas a saúde, como enfermeira e parteira.⁷⁹

O Núcleo de Educação Profissional Irineu Borhausen, inicialmente chamada Escola Profissional Feminina Irineu Borhausen, no município de Caçador, foi fundado e dirigido em 1952 por Irma Petronilla Kaefer, após provavelmente conhecer tal núcleo em Florianópolis e muito apelar para que finalmente viesse para o interior do estado⁸⁰.

Dina Emilia Mingotti Rigo fundadora do APASC, cuja efetiva existência deu-se em 1988. Em sua prática como docente percebeu que os deficientes auditivos não recebiam a estimulação necessária ao seu desenvolvimento sócio – cognitivo, e uma instituição especializada auxiliaria a suprir tal defasagem⁸¹.

A equipe de futsal feminino da Kinderman UnC Caçador foi criada em 2004. Foram campeãs catarinenses nas três categorias disputadas, o que não foi conquistado por outra agremiação. E pela frente vieram campeonatos nacionais e

⁷⁸ ROSA, Patrícia Carvalho. A noção de pessoa e a construção de corpos. Sociedade Contemporânea

⁷⁹ MARINS, Scheila Maria Soares. Mulheres pioneiras de Caçador. p. 43

⁸⁰ Ibid, p.43

⁸¹ Ibid, p. 156

internacionais em que as atletas se destacaram. Atualmente também compartilha seu conhecimento com a comunidade caçadorenses⁸².

Guarda Municipal Feminina: em funcionamento desde 2005, tem como meta garantir a segurança dos cidadãos caçadorenses zelando pela fluidez no trânsito e pelo patrimônio público. Contam com programas de conscientização do bom comportamento nas ruas e estradas, rondas em parques, controle no fluxo de automóveis e pedestres nos locais mais movimentados⁸³.

Em 1995, O Foro da Comarca de Caçador promoveu um abaixo assinado para que fosse construída a Delegacia de Polícia de Proteção a Mulher, Criança e Adolescente. Sendo a primeira delegada de polícia de Caçador Sandra Mara Pereira. Só que, havia um porém: com a denúncia de agressores, as vítimas corriam o risco de apanharem ainda mais ao voltarem para casa. Sendo assim, o abrigo Maria Rosa surgiu como refúgio a quem não tinha para onde ir⁸⁴.

Movimento das Mulheres Rurais: Teve início do município de Rio das Antas, sendo presidido de 1988 a 1999 por Vera Lucia Arl. Especialmente na área rural, o patriarcalismo perdurava. Por estarem isoladas e serem culturalmente mais fechadas, as comunidades agrícolas interioranas eram local de opressão e violência contra as mulheres, e aqueles que se manifestassem contrários a determinados preceitos ali existentes. Como forma de conscientizar as tal população, a advogada Terezinha Garcia passou a proferir palestras, e disseminando esclarecimento e coragem as rio antenses a fim de aderirem ao movimento⁸⁵.

No livro Mulheres Pioneiras de Caçador, pg.265 consta que “As mulheres organizavam-se em áreas específicas, se dedicando a agro-ecologia, produção artesanal de produtos coloniais, saúde alternativa, hortas comunitárias, confecção de artesanatos e outros. Um dos saltos qualitativos foi a aliança entre as pequenas produtoras rurais e o sindicato”. Pois, até então elas não usufruíam de tal direito. Com o rápido crescimento do movimento, ele chega até o de Caçador. E em 1994 oficialmente torna-se uma entidade: A Associação das Mulheres Agricultoras da Regional de Caçador, composta por 12 municípios⁸⁶.

⁸² MARINS, Scheila Maria Soares. Mulheres pioneiras de Caçador.p.163

⁸³ Ibid. p. 172

⁸⁴ Ibid. p. 299

⁸⁵ Ibid.p. 264

⁸⁶ Ibid. p. 265

Neda Dalmas Baú: motorista de caminhão. Uma das pioneiras em transporte de carga interestadual. A primeira a realizar o teste de habilitação em Caçador.⁸⁷

Maria da Glória Ribeiro Colaço: Era da etnia cabocla. Como seus documentos foram queimados, não pode-se ter a precisão do ano de seu nascimento, havendo um consenso de que ela tinha mais de 120 anos. Símbolo da resistência e memória cabocla, fora uma respeitadíssima parteira e médica pediátrica, utilizando-se de ervas e benzeduras para curar as crianças. Sua alimentação e vida simples, longe de qualquer conforto tecnológico, que levava, ela e uma de suas filhas contaram, foram fatores que prolongaram sua longa e saudável, na medida do possível, vida⁸⁸.

Ivonice Aires Campos: engenheira química. Iniciou sua carreira nas minas de carvão do Sul do estado. Atuou após na gestão governamental de desenvolvimento de Santa Catarina, sendo convidada a assessorar os ministérios de Minas e Energia e Ciência e Tecnologia (assessorou inclusive Caçador) Seu campo profissional não termina no Brasil, também representou o Brasil em missões na América do Sul e do Norte, Europa e Ásia⁸⁹.

Naiá Gonzaga de Sampaio: Primeira advogada catarinense. Foi nomeada Promotora Pública na comarca de Caçador, como a primeira catarinense e brasileira a desempenhar tal cargo seletivo ao Ministério Público. Trabalhou em diversos setores ministeriais Brasil e fora⁹⁰.

Norma Rute Holz: A primeira médica formada a atender em Caçador. A maior dificuldade, na opinião dela, é a de que o que dificulta a carreira é o alto número de médicos sendo formados, mas com poucas condições materiais para aliviar os problemas de saúde da população caçadorenses⁹¹.

Ângela Franczak: a primeira policial militar em Caçador no ano de 2005⁹².

Sonia Matilde Bridi, jornalista e repórter natural do meio-oeste catarinense de renome nacional. Trabalha pela Rede Globo. Foi correspondente internacional, trabalhando na América do Norte, Europa e Ásia. Tem dois livros publicados: Diário de um Clima e Laowai: histórias de uma repórter brasileira na China. Em 2008 foi finalista do Prêmio Imprensa pela reportagem "Oscar Niemeyer – 100 anos"⁹³.

⁸⁷ MARINS, Scheila Maria Soares. Mulheres pioneiras de Caçador. p. 272

⁸⁸ MARINS, p. 64

⁸⁹ Ibid. p. 83

⁹⁰ Ibid. p. 97

⁹¹ Ibid. p. 278

⁹² Ibid. p. 121

⁹³ Ibid. p. 103

Maria Aparecida Borguetti, caçadoreense, saiu da cidade ainda muito pequena. deputada federal mais votada da história do Paraná e candidata a governadora. Durante dois mandatos como deputada, teve o numero de leis aprovadas mais expressivo até então⁹⁴.

Oneide Olsen: vice de Onelio Menta. Ela esteve a frente do executivo municipal de Caçador por um certo período, sendo aqui a primeira mulher a exercer tal função⁹⁵.

⁹⁴ MARINS,p.

⁹⁵ Ibid. p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral enfatizar a relação de gênero no mundo, no Brasil e em Santa Catarina. Em todos os momentos da história, homens e mulheres tiveram separação nos papéis econômicos, políticos, culturais e religiosos de cada sociedade. Até o período Neolítico, a feminilidade era muito estimada. E, desde que o ser humano passou a ser sedentário, a nobreza do feminino foi sendo repassada ao provedor masculino. A mulher, a quem era atribuída os valores de criação, fertilidade, poder, sabedoria, intuição e mistério, se converteria em passividade, inferioridade intelectual, pecadora... E o falo tornou-se órgão de ostentação após descobrirem sua participação na concepção de um novo ser.

Cada local, em cada época, tem seus modos de se encarar as diferenças de gênero, idade, etnia, credo... e naturalmente o que já está enraizado pela convenção popular, posto que tirando-se a biologia, a sociedade é definidora do funcionamento de tais estratos, é considerado dogma. Sendo assim, os brasileiros, pigmeus, os aborígenes, nativos americanos, chineses, espanhóis... cada um construiu, e constrói as relações entre cada indivíduo em sua comunidade. Pela não disponibilidade de abordar essas questões mais diversificadas, foi escolhida a História Ocidental como patamar de conteúdo.

Na Grécia e na Roma antigas, especialmente na última, das mulheres era esperada a submissão, e que zelassem por suas famílias e pelas novas gerações, que seriam o futuro do império. Quem era esposa de um cidadão não tinha a mesma cidadania, apesar de estarem sempre atuantes seja formal ou informalmente na vida pública. E as demais classes, dedicavam-se a todo tipo de serviço existente na antiguidade: agricultoras, tecelãs, prostitutas, domésticas, artesãs, comerciantes... Sob a tutela de algum homem, de preferência.

E, após a Idade Antiga, com o advento do cristianismo, e valorização da terra em detrimento das cidades, homens mulheres e crianças camponesas/artesãos não tinham como escapar ao trabalho braçal. Aquelas que possuíssem algum conhecimento a mais que a população comum, como parteiras e curandeiras, que vivessem sozinhas, ou tivessem posses, o que interessava aos nobres e ao clero, eram consideradas bruxas e demoníacas. Como ameaçavam a ordem feudal, deveriam ser punidas com torturas físicas e psicológicas, e até a morte.

Estando extinta a lei de 'caça as bruxas', as leis do mercado voltam a ter prestígio. Com o Capitalismo tomando forma, a Europa passa a angariar valores individualistas. O trabalho familiar é revertido em assalariado. Nesse ponto a exploração feminina e infantil é a mais lucrativa, por ser mais barata que a adulta e masculina. Enquanto a tecnologia otimizava a produção no campo, liberando 2/3 da população rural, 16 horas a fio nas fábricas sem férias remuneradas, licença maternidade e paternidade, com má alimentação, sem educação e lazer, operárias e operários revoltam-se.

E, do lado das elites, o pensamento iluminista ganha a simpatia de vários membros da 'socialite'. Reivindicações por participação política, instrução formal independência econômica, paulatinamente faziam parte do cotidiano nobre/burguês. E a medida que as pressões mercadológicas, políticas, culturais avançavam, as mulheres iam quebrando o estereotipo da fragilidade, doçura, sentimentalismo e domesticidade femininos. A Europa iria falir se não aproveitassem a capacidade de aquecer a economia e investir em inovações científicas e geopolíticas de todos, seja homem ou mulher.

O Feminismo é fruto dessa caminhada histórica, que o transforma não em um, mas em vários 'ismos'. Cada um atendendo as especificidades de cada indivíduo. Como o feminismo marxista, o liberal, o radical, o eco-feminismo, o neofeminismo... cada um com suas intenções, tentativas, acertos e erros. Após todos esses passados, o que nos cabe hoje é elaborar novas perspectivas tanto globais quanto nacionais. Se o lema é erradica ou se for o caso, pelo menos amenizar toda e qualquer segregação que diminua a dignidade humana, far-se-á primordial evitar qualquer antagonismo retrógrado e sem sentido material.

A pergunta final que deixo para futuras intelecções dos leitores é: seria mesmo a problemática de gênero fruto do sexismo ou uma questão mercadológica? Ou ambas? Fica a interrogação no ar, para que próximos trabalhos possam esmiuçá-la e debater sobre ela.

REFERÊNCIAS

ABUDERNE, Patrícia e NAISBITT, John. **Megatendência para mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BARROSO, Carmen Mulher. **Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BESSE, Susan Kent e OLIVEIRA; Lólio Lourenço de. **Modernizando a Desigualdade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAPPELLIN, Paola. **Viver o sindicalismo no feminino**. Florianópolis: Editora das Revistas, SEER, 1994.

CARDOSO, Maria Silva e ISÍDORO, Cristiana. **Mulher e Trabalho**. Editora Armazén do Ipê, 1997.

DELGADO, Didice G. **Mulher e Trabalho**. A dialética do sexo. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

HAUDSCH, Sandra Mara Ferraz. **A Evolução dos direitos da mulher a partir da constituição de 1937**. Caçador: UNIARP, 2007.

HAZAR, Jorge. **Dicionário de Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade**.

LARSON, Christine; DYCHTOWALD, Maddy. **O poder das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

MARINS, Scheila Maria Soares. **Mulheres Pioneiras de Caçador**. Curitiba: Serzegráf, 2008.

MORGA, Antonio Emilio, RENK, Arlene; CAROLA, Carlos Renato. **História das Mulheres em Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.

PRIORI, Mary Del; TELLES, Norma; ENGEL, Magali, et al. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

QUINTAREIRO, Tânia. **Retratos de Mulheres: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeros do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROCHA, Tania. **Sexo sem nexos**. Florianópolis: Editora Lagoa, 2002.

<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/16/12>

<http://run.unl.pt/handle/10362/3989>

<http://www.unifem.org.br/>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277601188_ARQUIVO_ApresentacaoFinal_formatada30junho.pdf

http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=9792

<http://www.relatoriosdynamics.com.br/portalodm/3-igualdade-entre-sexos-e-valorizacao-da-mulher/BRA004042049/cacador---sc>

http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_jaqueline_GVII.pdf

ANEXOS

Manifesto das Mulheres Indígenas da Região Sul⁹⁶

19/01/2013

Nós Mulheres Indígenas e algumas lideranças, reunidas no Seminário Sul Brasileiro de Mulheres Indígenas, No Centro de Formação Don Juan Diego, Guarapuava/PR, de 18 a 20 de dezembro de 2012, vimos expor nossas preocupações sobre as questões que afetam nossos Povos e Comunidades Indígenas, e ao mesmo tempo propor formas, políticas e providências por parte das instituições de Estado, esperando que as autoridades, gestores públicos e todos aqueles e aquelas envolvidos nas questões a seguir expostas, olhem para os problemas graves enfrentados por nós, que nos colocam em situação de extrema vulnerabilidade e entre os grupos mais pobres dentre os pobres deste País. Nossas comunidades já não suportam mais tanto abandono e descaso por parte do Estado Brasileiro, que promove uma corrida contra os direitos indígenas em todos os poderes, na medida em que as políticas ofertadas são de péssima qualidade, em especial nas áreas de educação, saúde e proteção de direitos humanos. O Estado Brasileiro nos trata como se fôssemos mendigos que recebem apenas migalhas, sujeitos sem direitos, uma população indesejada que quando não é acusada de ser um entrave ao progresso, é jogada à margem das decisões que lhes dizem respeito, por isso e pelo que estamos vivenciando no interior dos nossos territórios é que decidimos:

- 1- As Mulheres Indígenas solicitam o apoio para a realização imediata de uma Assembléia Nacional do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas – CONAMI, que esteve em mãos de poucas, fechado para muitas e não contribui para o avanço das políticas de proteção dos direitos das Mulheres Indígenas;
- 2- Apoio das instituições para a realização do II Seminário Sul Brasileiro de Mulheres e lideranças Indígenas, com presença de um maior número de pessoas, em abril/maio de 2013;
- 3- Que a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul-ARPIN-SUL, Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI e Conselho Distrital de Saúde Indígena-CONDISI, dividam equitativamente as vagas para a Conferência Nacional de Saúde Indígena, a fim de assegurar a participação das Mulheres Indígenas da Região Sul, que sempre são discriminadas sem oportunidade de participação em instâncias deliberativas e consultivas;
- 4- Que a FUNAI, através das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais, e as demais instituições, apoiem o

⁹⁶ http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalle&id_afro=9792

movimento de Mulheres da região Sul, para que estas possam se organizar e fortalecer seus direitos;

5- Entendendo que as Mulheres Indígenas estão se organizando no intuito de ajudar as lideranças indígenas, e contribuir na busca de solução para os problemas enfrentados, e juntos poderem unir forças para exigir a proteção, a promoção e o respeito aos seus direitos, estas, solicitam o apoio das lideranças indígenas de base para assegurar sua participação nas discussões de políticas sociais que dizem respeito as comunidades Indígenas, em todas as esferas de governo e no interior das próprias comunidades.

6- As Mulheres Indígenas, expressaram grande preocupação em relação à política interna nas comunidades, em especial as Kaingáng, no que diz respeito aos conflitos internos onde as mulheres, crianças, jovens e idosos são os que mais sofrem. Falaram especialmente da questão das transferências e expulsão das famílias de suas casas e de seus territórios, o que acaba jogando os mesmos em acampamentos de beira de estrada, nas periferias das cidades, onde muitos jovens acabam caindo no alcoolismo, drogas e prostituição sem perspectiva de sobrevivência.

7- As Mulheres solicitam providências rigorosas por parte do Ministério Público Federal e demais autoridades no sentido de garantir a integridade física das famílias indígenas e pensar formas alternativas de punição, em conjunto com as lideranças indígenas, que não seja a transferência e expulsão, e nos casos em que seja inevitável, apenas o autor de possíveis crimes seja transferido e não a família toda que nada tem a ver com o caso e acaba sendo punida, em especial as mulheres, crianças, jovens e idosos. Falaram sobre a insegurança das famílias em investir em moradias e na melhora da qualidade de vida de suas famílias dentro das terras indígenas, porque a qualquer momento podem ser expulsos e saírem sem nenhum direito de levarem consigo os seus bens.

8- As Mulheres Indígenas solicitam providências por parte das autoridades (FUNAI, MPF dentre outros), no sentido de garantir a efetiva proteção às comunidades indígenas em período eleitoral, onde muitos caciques obrigam os eleitores indígenas a votarem em seus candidatos, não respeitando o direito democrático ao voto individual e secreto a que todo o cidadão faz jus. A interferência da política externa na política interna tem sido motivo de graves conflitos e violação de direitos humanos no interior das terras indígenas.

9- As Mulheres não suportam mais o tipo de liderança que massacra suas comunidades, querem líderes que respeitem o seu povo e que seja amigo e parceiro para a solução dos problemas.

10- As Mulheres Indígenas solicitam que lideranças presas por cometerem abuso de todas as formas contra as comunidades e contra o patrimônio indígena, sejam rigorosamente punidos na forma da lei, e que a Procuradoria Federal e da Advocacia Geral da União, não atuem na defesa desse tipo de crime e se limite a cumprir com seu papel de defender

apenas direitos coletivos e não individuais, porque entendem que além de essas “lideranças” violarem gravemente os direitos humanos das comunidades ainda tem o privilégio de contar com a defesa da União através das Procuradorias Federais da FUNAI.

11- As Mulheres Indígenas solicitam providências no sentido de que as instituições de governo, em especial do governo Federal, em conjunto com as lideranças indígenas, procurem alternativas de sobrevivência onde existem arrendamento de terras indígenas, já que esta ação restringe o usufruto da própria comunidade sobre um patrimônio coletivo, deixando as mesmas cada vez mais dependentes de cestas básicas, enquanto os não índios é que usufruem deste direito de forma ilegal.

12- As Mulheres Indígenas reivindicam a proteção integral dos direitos das trabalhadoras Indígenas em agroindústrias e qualquer outra ocupação fora dos territórios indígenas, como membros de Povos com especificidades que exigem um tratamento especial, neste sentido, que o Ministério Público do Trabalho fiscalize rigorosamente a violação dos direitos dessas trabalhadoras.

13- As Mulheres Indígenas não permitirão nenhum tipo de retaliação a sua atuação no sentido de buscar se organizar para somar forças com as lideranças indígenas e procurar solução para os problemas de suas comunidades. O Povo que mais respeita e insere as mulheres nos espaços internos é o Povo Indígena Xokleng, que se mostra mais democrático e respeitoso com as mulheres.

14- Que os Estados, através das Secretarias Estaduais de Educação, definam políticas mais eficazes para as escolas indígenas que enfrentam sérios problemas. Assim, também as secretarias estaduais e municipais de infraestrutura e outras, melhorem os acessos para e no interior dos territórios indígenas.

15- Garantir que a segurança alimentar nas escolas seja adequada e de qualidade de acordo com os hábitos alimentares de cada comunidade.

16- Que as Secretarias Estaduais de Educação, Ministério da Educação e Secretarias Municipais de Educação, promovam, em caráter de urgência, cursos de formação e capacitação de professores bilíngues (falantes) e professores indígenas (não falantes), já que atualmente estão sendo contratados professores “bilíngues” que ministram aulas em português.

17- Que as Universidades que não possuem Termo de Cooperação com a FUNAI, para apoio aos estudantes indígenas, busquem fazê-lo, ou criem políticas específicas de acesso e permanência dos estudantes indígenas nas Universidades de acordo com a Lei 12.416/2011.

18- Que a FUNAI, em conjunto com as Universidades e lideranças indígenas, promovam um rigoroso acompanhamento das inscrições para os vestibulares, mestrados e doutorados destinados aos Povos indígenas, tendo em vista as fraudes apuradas neste tipo de política conquistada pelos Povos Indígenas.

19- Que a Secretaria Especial de Saúde Indígena, através dos Distritos Especiais de Saúde Indígena e dos Polos Base, dê assistência integral às famílias indígenas que residem fora das terras indígenas, através de cadastro realizado em conjunto com as lideranças, que na maioria das vezes residem fora por conta dos conflitos internos nas comunidades e são discriminados por isso, tendo negado o seu direito a assistência a saúde. Neste sentido, as Mulheres Indígenas solicitam a atuação do Ministério Público Federal na defesa do direito das famílias indígenas.

20- Que as lideranças indígenas e familiares acompanhem de perto a situação escolar dos estudantes indígenas nas universidades, no sentido de incentivá-los a prosseguir e melhorar cada vez mais, e no caso daqueles que não residem em terras indígenas que este acompanhamento seja feito pela FUNAI.

21- Que as lideranças permitam a atuação de órgãos de segurança no interior das comunidades indígenas, a fim de contribuir para evitar a entrada de armamento, drogas e agressão as comunidades indígenas, assim como a atuação dos conselhos tutelares para assegurar o respeito, a integridade e a proteção integral das crianças. Neste sentido que a FUNAI colabore com os órgãos mantendo diálogo com as lideranças a fim de ajudá-los a entender que isso apenas ajudará a manter a segurança no interior das comunidades indígenas.

22- Que as instituições responsáveis, desenvolvam programas de prevenção ao alcoolismo e drogas no interior das terras indígenas, e que as lideranças colaborem no sentido de permitir o desenvolvimento de tais políticas.

23- As Mulheres Indígenas solicitam que os órgãos de governo responsáveis pela oferta de políticas e programas para as comunidades indígenas(FUNAI, Governo do Estado do Paraná, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo do Estado de Santa Catarina, e Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais que possuem Territórios Indígenas em sua jurisdição e suas Secretarias), implantem em caráter de urgência, e em conjunto com as comunidades e suas lideranças, ações que visem diminuir a miséria e a pobreza nas comunidades indígenas, tais como programas de produção alimentar, programas e projetos direcionadas ao público jovem e as Mulheres, no sentido de criar alternativas e melhoria na qualidade de vida no interior dos territórios indígenas.

24- As Mulheres Indígenas questionaram o papel da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, onde desde a sua criação em 2007, são as mesmas pessoas, no caso kaingáng, Xokleng e Guarani se quer sabem quem são os representantes e reivindicam a participação maior das

Mulheres Indígenas. Assim como o papel da ARPIN-SUL, quem e o que representa, considerando que as bases não conhecem seu trabalho e querem um diálogo mais próximo.

25- Que a FUNAI, busque mais projetos relacionados a produção de alimentos e de reflorestamento no interior das terras indígenas.

26- As Mulheres Indígenas reivindicam cota de participação na ocupação de cargos dentro da FUNAI e da SESAI, assim como em qualquer órgão Estadual e Municipal que atua junto às comunidades indígenas.

27- As Mulheres Indígenas solicitam que seja enviado para as Coordenações Técnicas Locais da FUNAI, o Plano Distrital de Saúde Indígena para que estas conheçam o seu conteúdo, já que a grande maioria não tiveram participação na elaboração do mesmo, quando da sua discussão e formulação nos Polos Base.

28- As Mulheres Xokleng, com o apoio das Mulheres Kaingáng e Guarani, reivindicam a ocupação da vaga aberta no CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena para o Povo Xokleng, já que a participação das mulheres indígenas nesse Conselho é mínima.

29- Que o concurso público para a contratação de profissionais para saúde indígena aconteça e garanta no edital cota de pelo menos 50% para os trabalhadores indígenas, assim como o fato de serem indígenas e os anos em que trabalham na saúde conte como pontos na prova de títulos a ser realizada. Assim mesmo, que o concurso também seja realizado para as atividades meio (administração e gestão do DSEI e dos Polos Base de Saúde Indígena), e não apenas a atividade fim.

30- As Mulheres, mães de estudantes indígenas, exigem o atendimento por parte da SESAI aos Universitários indígenas que vivem nas cidades, na medida em que os mesmos não contam com nenhum tipo de assistência na saúde, estando abandonados a própria sorte.

31- Que o Ministério da Saúde, através da SESAI, disponibilize auxílio financeiro para os estudantes universitários indígenas e dos cursos técnicos da área da saúde (medicina, odontologia, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição e enfermagem), para aquisição de material e livros que tem custo elevado, muitas vezes obrigando os estudantes a abandonarem seus cursos por falta de condições financeiras.

32- As Mulheres Indígenas da Terra Indígena Marrecas, Aldeia Alto Pinhal em Clevelândia/PR e da Terra Indígena Rio das Cobras (Aldeia Pinhal e Aldeia Lebre), com o apoio das demais, reivindicam a aquisição de veículo para atender a saúde indígena, na medida em que fazem quatro anos que esta comunidade não recebe nenhum veículo para este fim,

estando em situação de total abandono por parte da SESAI, assim como reivindicam a construção imediata de uma nova unidade de saúde no interior da Terra Indígena, já que a atual estrutura não oferece condições mínimas de atendimento a comunidade.

33- Devido aos problemas de discriminação e preconceito enfrentados por alunos indígenas dentro das próprias escolas das aldeias, que os diretores das mesmas sejam pessoas de confiança da comunidade e da sua liderança, indígenas ou não, que compreendam e valorizem a diversidade indígena, que tenham formação independentemente de serem efetivos do Estado, considerando o exercício do direito a autonomia dos Povos Indígenas, assegurado em legislação interna e internacional.

34- As Mulheres Indígenas solicitam apoio das instituições, governamentais ou não, para o resgate e a revitalização cultural dos Povos Indígenas, kaingang, Guarani e Xokleng no que diz respeito inclusive a medicina tradicional e a culinária tradicional.

35- Que as Universidades criem projetos de iniciação científica, específico para os estudantes indígenas em suas comunidades e que as horas de estágio sejam reconhecidas pelas Universidades.

36- As Mulheres Indígenas questionam o verdadeiro papel dos Conselhos de Caciques, já que nos últimos conflitos no Estado do Paraná, estes atuaram mais no sentido de fomentar os conflitos do que apaziguar ou mediar para que os mesmos não ocorressem, assim como solicitam a inclusão de mulheres indígenas em ditos conselhos.

37- As Mulheres Indígenas apoiam a construção das casas de passagem para acolher as famílias indígenas que saem de seus territórios para as cidades, com o objetivo de vender seu artesanato, considerando que será um lugar que deixará as crianças indígenas menos vulneráveis e com mais segurança, agradecem as iniciativas já existentes e manifestam o desejo de participarem destas discussões de forma efetiva. Neste sentido, as mulheres Indígenas Xokleng reivindicam a construção de uma casa de passagem na cidade de Blumenau/SC.

38- As Mulheres Indígenas solicitam que todos os órgãos de Estado, autoridades e demais responsáveis pelo provimento de políticas direcionadas aos Povos Indígenas e suas comunidades, observem e apliquem rigorosamente o contido na Convenção 169/OIT, em especial o seu artigo 6º, que dispõe sobre o direito a consulta, para o consentimento livre, prévio e informado dos Povos Indígenas em todas as ações que lhes dizem respeito, assim como o direito a participação com as condições necessárias para tal asseguradas pelas instituições do Estado.

39- As Mulheres Indígenas solicitam providências por parte da FUNAI e do MPF, no sentido de apurar a legalidade da presença de indígenas de outros países nas terras indígenas brasileiras, assim como de não indígenas tendo em vista que os mesmos trazem problemas e conflitos para dentro das comunidades indígenas, assim como tráfico e uso de

drogas, alcoolismo e prostituição.

Estas são as reivindicações que fazem as Mulheres Indígenas, e mais uma vez reforçam a necessidade de que as instituições de governo em todas as esferas tenham presente a necessidade de inserção das mesmas em todas as discussões de planos, programas e políticas que dizem respeito às suas comunidades, assim como reforçam a solicitação de apoio para que as mesmas possam se organizar e fortalecer sua participação política em todas as instâncias e fóruns.

Dados referentes à Caçador: Fonte: ODM (Objetivos do Milênio) de Caçador

Em 2.010, no município de Caçador, o percentual de pessoas de 18 a 24 anos sem alfabetização ou com ensino fundamental incompleto, do sexo feminino, era de 22,3% e do sexo masculino 28,6%; com ensino fundamental completo e médio incompleto, 27,2% feminino e 30,9% masculino; ensino médio completo e superior incompleto, 41,7% feminino e 36,2% masculino; com ensino superior completo, 8,4% feminino e 4,1% masculino. A razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos era de 100,2% em 2.010.⁹⁷

Encontrando-se na base nacional, onde as mulheres possuem maior nível de escolaridade que os homens.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, havia menor representação das mulheres. Novamente, a educação não sendo ponto de referência necessário para a inserção no mercado de trabalho, especialmente em empresas que não permitem horários flexíveis para as trabalhadoras que são mães, ou que com a expectativa de vida aumentando, vem naturalmente mais anos de aposentadoria e para cuidar dos pais idosos.

“A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 39,4% em 2.012”. Fonte: Dados da ODM de Caçador

⁹⁷ <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/3-igualdade-entre-sexos-e-valorizacao-da-mulher/BRA004042049/cacador---sc>

“O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 74,7% em 2.012, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior, a desigualdade salarial aumenta: o percentual passa para 59,0%”.

Fonte: Dados da ODM de Caçador

Um fator que merece atenção é o número de candidaturas a cargos políticos. “No município, apenas 31,5% dos candidatos para a Câmara de Vereadores, em 2.012, eram mulheres. A proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município foi de 15,4%”. Fonte: Dados da ODM de Caçador. Agora, em que medida falar sobre sexismo é coerente ou não, é algo a se levar em conta. Pois, várias das candidatas poderiam simplesmente não estar preparadas para exercer a política, falando-se em competência e vontade da pessoa expandir suas oportunidades de carreira na administração pública.

O percentual de mães com idades inferiores a 20 anos no início do milênio encontrava-se e perdura a encontrar-se preocupante. Na maioria dos casos, as meninas passam a enfrentar problemas e a assumir responsabilidades para as quais não estão preparadas, com graves consequências para elas mesmas e para a sociedade.

“Em 2.001, 29,3% das crianças que nasceram no Município eram de mães adolescentes; este percentual decaiu, mas não significativamente para 27,2%, em 2.012, o que representa 1 a cada 4 nascidos vivos”. Dados da ODM de Caçador.

“Neste Município, em 2.012, 61,2% dos partos realizados foram cesarianas e 38,8% normais”. Dados da ODM de Caçador. As taxas de cesáreas, como no panorama nacional, ultrapassa o recomendado pela OMS, especialmente em se tratando de quem possui planos privados de saúde.

“Em 2.012, no Município, 99,6% dos nascidos vivos tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde”. Dados da ODM de Caçador.

“A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1.995, era de 26,1 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2.012, este percentual passou para 10,8 óbitos a cada mil nascidos vivos, representando redução de 58,8% da mortalidade”. Dados da ODM de Caçador.

“O número total de óbitos de crianças menores de 5 anos no município, de 1.995 a 2.012, foi 529”. Dados da ODM de Caçador.

“A taxa de mortalidade de crianças menores de um ano para o Município, estimada a partir dos dados do Censo 2.010, é de 23,7 óbitos a cada mil crianças menores de um ano”. Dados de ODM de Caçador.

“Das crianças até 1 ano de idade, em 2.010, 1,0 % não tinham registro de nascimento em cartório. Este percentual cai para 0,7% entre as crianças até 10 anos”. Dados da ODM de Caçador.

“A imunização é considerada uma das ações que contribuem para a redução da mortalidade infantil. Em 2.013, 88,2% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia”.